



Ata Número Dois

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu ordinariamente, no Clube Recreativo Vilarinhense, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;
- 2 - Apreciação e votação da proposta para alterar o n.º. 5 do artigo 19º e do n.º. 1 do artigo 25º e Anexos do regimento da Assembleia Municipal;
- 3 - Apreciação e votação da proposta para a criação de um Grupo de Trabalho Permanente destinado a acompanhar todo o mandato com a representação e composição proporcional dos Grupos Municipais com assento na Assembleia, tendo em vista o estudo das matérias relacionadas com as atribuições do município;
- 4 - Designação de dois representantes das freguesias do concelho para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a fim de cumprir com o estipulado na alínea b) do n.º 3 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro;
- 5 - Designação de representantes de cada Partido na Assembleia do Conselho Municipal de Juventude;
- 6 - Apreciação e votação da proposta de ratificação da autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública - 2021-09-20);
- 7 - Apreciação e votação da proposta de ratificação da autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública - 2021-11-15);

AL
h
q



- 8 - Apreciação e votação de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição e fornecimento de gás canalizado;-----
- 9 - Apreciação e votação da não-aceitação da Transferência de Competências da Ação Social para o ano de 2021;-----
- 10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Louçã;-----
- 11 - Eleição de um autarca da freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, para o quadriénio de 2021/2025;-----
- 12 - Apreciação e votação da designação de três representantes para integrar a Comissão Municipal da Toponímia, no quadriénio de 2021/2025;-----
- 13 - Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2022;-----
- 14 - Apreciação e votação da reestruturação da Organização dos Serviços Municipais para o ano de 2022;-----
- 15 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022;-----
- 16 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Louçã;-----
- 17 - Apreciação e votação da retificação do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Louçã;-----
- 18 - Designação de quatro elementos para constituir o Conselho Municipal de Segurança. -----

A Senhora Presidente da Mesa tomou a palavra dando início à sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, que é a segunda reunião, com a nova constituição, após as eleições autárquicas de vinte e seis de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Apresentou cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores/ras Vereadores/as, membros da Assembleia Municipal, público presente, trabalhadores da autarquia e comunicação social. Disse, ainda, que uma vez que a sessão iria ser transmitida em direto, por streaming, nas redes sociais, cumprimentava, também, todos os que estavam a acompanhar por esta via. Aproveitou para

Ad
L
A



dar a conhecer neste âmbito, que o público inscrito para intervir, assinou uma declaração em como autorizava a captação, utilização e divulgação de imagens obtidas durante a realização desta reunião, salvaguardando desta forma o estabelecido no RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Agradeceu à Senhora Presidente da Direção do Clube Recreativo Vilarinhense, Diana Serra, a cedência do espaço, para a realização desta reunião, ainda em tempo de pandemia covid-19, e que desta forma, assegura as condições necessárias para a segurança de todos. Aproveitou, ainda o momento, sendo esta reunião, a primeira depois da tomada de posse, com a presença do Executivo e com público, para desejar um excelente mandato, ao **Senhor Presidente da Câmara** e restante Executivo, bem como a todos os membros da Assembleia Municipal, com particular destaque a todos aqueles que agora se estreiam em funções autárquicas. Afirmou que eram muito bem-vindos e que poderiam ter a certeza de que a Lousã necessita do contributo de todos aqueles que estejam dispostos a trabalhar construtivamente em prol do bem comum, independentemente dos partidos por que são eleitos. Disse que este será um mandato muito desafiante, tendo em consideração as alterações e os compromissos, pelo que apelou a um grande sentido de responsabilidade, respeito pessoal e institucional, que permitam que o único objetivo seja trabalhar pela Lousã e pelos Lousanenses. Disse estar certa que o amor à Lousã e a disponibilidade para assumir responsabilidades na governação os juntou a todos nesta Assembleia Municipal e que, no futuro, o que importa é honrar a confiança daqueles que os elegeram e dignificar os órgãos de governação local. Reforçou e solicitou, que todos tenham em atenção o estipulado em relação à distribuição dos tempos afetos a cada intervenção, e que cumpram o aprovado, sendo pragmáticos e objetivos na apresentação dos temas. Solicitou, ainda, que cumprissem o Regimento da Assembleia Municipal, também, naquilo que é o ponto 2 do artigo 19, ou seja, no ponto antes da ordem do dia. Realçou que os membros da Assembleia Municipal deveriam abster-se de abordar assuntos constantes da Ordem de trabalhos, nomeadamente da informação escrita fornecida pelo **Senhor**

AJ
h
g



Presidente da Câmara. Seguidamente, passou a palavra à segunda secretária, Maria Aldina Martins, para fazer a chamada, e verificar as presenças, justificações de faltas e substituições. -----

CHAMADA: -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Paulo Simões que justificou a falta e foi legalmente substituído por Catarina Tomé, do PS e Maria Carolina Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por Maria Fernanda da Franca que justificou a falta e foi legalmente substituída por Susana Barata, da Coligação PPD/PSD.CDS-PP. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu nota de que se iria entrar no período de intervenção do público que tem a duração máxima de trinta minutos, não podendo exceder cinco minutos por cidadão, de acordo com artigo 21º do Regimento da Assembleia Municipal. Informou que os cidadãos interessados em intervir tinham de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, conforme estipulado e divulgado no Edital. -----

PÚBLICO: -----

Miguel Ângelo Pinto Gonçalves no início da sua intervenção começou por saudar o novo Executivo de Serpins pela dinâmica e trabalho que tem vindo a realizar. Teceu algumas considerações relativamente ao estado degradado em que o anterior executivo deixou a freguesia de Serpins, fruto de uma má gestão, segundo o seu entendimento. Parabenizou o PSD pelos resultados alcançados nas últimas eleições autárquicas e endereçou votos de bom trabalho e motivação para o desempenho de uma melhor oposição. Por outro lado, lamentou a vitória do PS, porque para além de outras questões, encontra-se no poder há muitos anos, o que em sua opinião, é mau para a democracia. Referiu-se à intervenção que está a ser dada à Mata do Sobral, graças a associações como a ACTIVAR e Aflopinhal que reconheceram essa necessidade através de fundos comunitários apresentando uma candidatura

Handwritten signature in blue ink.



ao POSEUR. Teceu, ainda, algumas críticas à gestão dos fundos comunitários que a Câmara Municipal tem vindo a fazer.-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra começando por desejar a todos os elementos da Assembleia Municipal um bom mandato, uma vez que era a primeira sessão, depois das eleições autárquicas. Dada a aproximação da época natalícia, desejou a todos e respetivas famílias, um bom Natal e Bom ano 2022, em que possam concretizar alguns desejos pessoais e coletivos. Em relação à intervenção do cidadão, afirmou que não corresponde à verdade que pode ser comprovada através de documentação, uma vez que o projeto é conhecido e está ao dispor para consulta. Disse que o cidadão, apenas pretende criar confusão e ruído, onde não existe. Esclareceu que as iniciativas em curso, na Mata do Sobral, são da responsabilidade da Câmara Municipal, e as entidades que estão envolvidas no projeto, são parceiras como aliás, é habitual em projetos comunitários. Adiantou, ainda, que o projeto foi reconfigurado após os incêndios que ocorreram no ano de dois mil e dezassete e, neste momento, estão no terreno diversas ações de intervenção e valorização da Mata do Sobral. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu nota que se iria dar início ao ponto antes da Ordem do Dia. Relembrou, que este ponto tem a duração máxima de sessenta minutos, e que de acordo com o regimento em vigor, os membros da Assembleia Municipal devem-se abster-se de abordar assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nomeadamente da informação escrita, fornecida pelo **Senhor Presidente da Câmara**.-----

VOTAÇÃO DA ATA:-----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à apreciação e votação a ata referente à reunião extraordinária que teve lugar no dia onze de outubro do ano de dois mil e vinte e um. Salientou que apenas podiam votar os membros que estiveram presentes na referida reunião. Não havendo sugestões de melhoria ou pedido de correção, foi aprovada por unanimidade, com vinte e

AF
h
a



três votos do PS, da Coligação da Coligação PPD/PSD.CDS-PP e BE, não tendo participado na votação Susana Barata e Catarina Tomé.-----

Seguidamente, a **Senhora Presidente da Mesa** solicitou a retirada da Ordem de Trabalhos, do ponto nº 3: "Apreciação e votação da proposta para a criação de um grupo de trabalho permanente destinado a acompanhar todo o mandato com a representação e composição proporcional dos Grupos Municipais com assento na Assembleia, tendo em vista o estudo das matérias relacionadas com as atribuições do município." - Considerando o que prevê a alínea c) do nº1 do artigo 26º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e considerando dúvidas entretanto suscitadas, propõe-se a retirada do ponto para uma melhor análise deste tipo de comissões, delegações ou grupos de trabalho que podem ser constituídas ao abrigo desta norma, para avaliar o seu enquadramento e se a constituição das mesmas necessita de ser mais objetivada, em termos de matérias a tratar. Disse que esta questão foi apresentada e foi consensual a sua retirada, entre os líderes dos três Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal. -----

Assim sendo, colocou à votação a retirada do Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada, por unanimidade, por todos os elementos presentes da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, a **Senhora Presidente da Mesa** informou que para serem analisados neste ponto antes da Ordem do Dia, nos termos da alínea d) do número 19º do Regimento da Assembleia Municipal, deram entrada, subscritos pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, dois Votos de Pesar, relativos ao falecimento de Pedro Miguel Serra Carvalho e António de Matos Ferreira. Deram, ainda, entrada duas Propostas, subscritas pelo Grupo Municipal Coligação PPD/PSD.CDS-PP, uma referente à realização de Assembleias Municipais extraordinárias temáticas e outra referente ao alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro.



O Partido Socialista, através de **Ana Bandeira** fez a apresentação dos dois Votos de Pesar.-----

Ana Bandeira que em nota prévia disse que ambos obtiveram a concordância da Coligação PPD/PSD.CDS-PP fez a leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Miguel Serra Carvalho, que entre outras atividades, participou em várias Associações da Freguesia de Serpins, como atleta, dirigente ou membro de várias coletividades. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

Colocado à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Miguel Serra Carvalho foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, da Coligação PPD/PSD.CDS-PP e BE quando estavam presentes todos os elementos da Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, fez a leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de António de Matos Ferreira, artista de elevada qualidade e reconhecimento público, galardoado pela Câmara Municipal com o Prémio Lausus. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).-----

Colocado à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de António de Matos Ferreira foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, da Coligação PPD/PSD.CDS-PP e BE quando estavam presentes todos os elementos da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente da Mesa informou que os referidos Votos de Pesar serão endereçados às respetivas famílias para conhecimento.-----

O Grupo Municipal Coligação PPD/PSD.CDS/PP, através de **João Curvelo** fez a apresentação das duas propostas.-----

Handwritten signature in blue ink, possibly 'Ana Bandeira', with a vertical line and a small mark below it.



João Curvelo em nota prévia apresentou cumprimentos à Mesa, Executivo, Membros da Assembleia Municipal e público. Seguidamente, leu a proposta que se reportava à realização de Assembleias Municipais extraordinárias temáticas. O fundamento da proposta prende-se com o aprofundamento dos temas considerados essenciais no funcionamento da comunidade, nomeadamente os seguintes: saúde, educação, desporto, juventude e cultura, ambiente, empreendedorismo e investimento, habitação e infraestruturas. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 3 (três)). -----

Handwritten signature in blue ink.

INSCRIÇÕES: Joel Fernandes. -----

Joel Fernandes interveio saudando a todos e, em seguida, disse que apesar de concordar com a pertinência da proposta quer dos temas, quer da intenção de realizar assembleias temáticas, tal como o PS inscreveu no seu programa eleitoral, entende que esta proposta da forma como está redigida conduz a uma obrigatoriedade de realização de assembleias extraordinárias o que não é a melhor solução para o debate de alguns temas que sejam estratégicos. Afirmou que no entendimento do PS, não apenas estes temas, mas outros, poderão ser tratados, mas, tal como foi feito em mandatos anteriores, existem outros mecanismos sem serem assembleias extraordinárias que podem possibilitar essa discussão, motivo pelo qual o PS não vota favoravelmente esta proposta. Adiantou que, oportunamente, e com todos os representantes dos Grupos Municipais com assento na assembleia, será proposta outra estrutura ou modelo, mais flexível e do agrado de todos para chegar ao objetivo de debater temas de interesse para a Lousã. -----

Colocada à votação a proposta de realização de Assembleias Municipais extraordinárias temáticas, foi rejeitada com 17 (dezassete) votos contra do PS e BE e 8 (oito) votos a favor da Coligação PPD/PSD.CDS-PP, quando estavam presentes todos os elementos da Assembleia Municipal. -----



João Curvelo, em nome do Grupo Municipal coligação PPD/PSD.CDS/PP leu a proposta que se reportava ao alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro. O fundamento da proposta prende-se com o alargamento do horário para o período das 9 horas às 20 horas de segunda a sábado e das 9h às 24h durante a época de exames, a fim de proteger os alunos com mais carências económicas. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)). -----

INSCRIÇÕES: João Santo e Marco Sequeira. -----

João Santo tomou a palavra começando por cumprimentar a Mesa da Assembleia, Executivo, Membros da Assembleia Municipal e público presente. Em relação à proposta em apreciação disse que é interessante e tem mérito, todavia, propunha que fosse considerada em duas partes: uma primeira parte na necessidade de alteração de horários, que no seu entendimento, foi bem explícita a fundamentação que o horário, atualmente em vigor, não serve a população da Lousã que necessita de um espaço para estudar e trabalhar; e uma segunda parte seria a nomeação de uma Comissão para estudar um horário que fosse mais compatível. Deu nota de que o BE tinha no seu programa a possibilidade da Câmara Municipal poder disponibilizar um espaço de estudo, não propriamente na Biblioteca Municipal, porque no seu entendimento, é uma estrutura bastante pesada para o efeito, mas um espaço que fosse mais flexível e com horários mais dilatados. -----

Marco Sequeira usou da palavra começando por cumprimentar a Mesa da Assembleia, Executivo, Membros da Assembleia Municipal, trabalhadores da autarquia, comunicação social e público presente e a quem assiste através das redes sociais. No seguimento da intervenção de **João Santo**, do BE, disse que a Juventude Socialista tomou uma posição no passado recente sobre este assunto e, foi encontrada uma solução que se considerou adequada através da requisição da utilização do Espaço J da ACTIVAR. Afirmou que isto não significa que não exista sempre espaço para melhoria, especialmente



quando se trata dos interesses dos jovens Lousanenses, mas, reforçou que o fecho da Biblioteca Municipal é, atualmente às 17h30 devido à pandemia, porque antes, em tempo letivo e de exames, o seu encerramento era às 19 horas. Considera, no entanto, que a proposta poderá não ser a mais adequada ao nível de horários, pelo que, o PS não vota favoravelmente e recomenda ao Executivo que analise a situação e efetue as devidas diligências para encontrar uma solução que seja equilibrada e sirva da melhor forma os interesses dos Lousanenses. -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prescindiu. -----

Colocada à votação a proposta de alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, foi rejeitada com 16 (dezasseis) votos contra do PS, 8 (oito) votos a favor da Coligação PPD/PSD.CDS-PP e 1 (uma) abstenção do BE, quando estavam presentes todos os elementos da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Inscrições: Pedro Santinho, Nelson Lopes, António José Gonçalves, Helena Correia, Luís Marques, Pedro Santos, Maria Guilhermina Antunes, Margarida Correia e Joel Fernandes. -----

Pedro Santinho, em nome do Grupo Municipal Coligação PPD/PSD.CDS/PP apresentou cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal, aos membros da Assembleia Municipal, com destaque para **Joel Fernandes** e **Margarida Correia** dado ter tido conhecimento da recente nomeação para o cargo de Adjunto do Gabinete do Senhor Presidente e Secretária de Apoio à Vereação, respetivamente, desejou que o mandato seja exercido com independência, imparcialidade, isenção e com o maior rigor e empenho da dignificação deste importante Órgão Deliberativo fiscalizador que é a Assembleia Municipal. Cumprimentou o público presente e a quem acompanhava a emissão através das redes sociais deixando um repto

*Ag
ch
qui*



à participação que é, sempre, muito importante para o desenvolvimento do trabalho, porque se propõem em defender os interesses dos Lousanenses. Cumprimentou os órgãos de comunicação social, trabalhadores da autarquia e toda a equipa técnica, agradecendo o trabalho desenvolvido. Começou por afirmar que o início do mandato é o momento certo para definir as regras, tal como o **Senhor Presidente da Câmara** proferiu no seu discurso de tomada de posse como "jogo democrático", questionando que tipo de assembleia e que tipo de executivo desejam para a Louçã. Disse que quando o Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD.CDS/PP "E hora de Mudar" apresentou esta candidatura, fê-lo com um compromisso de mudança para com os Lousanenses e para com esta assembleia. Afirmou que este compromisso tem como principal ponto de honra garantir a independência da Assembleia Municipal e o princípio da igualdade entre os membros municipais do órgão. Recordou que para o efeito apresentaram várias propostas que continuariam a defender na Comissão de Revisão do Regimento, nomeadamente a proposta para a alteração dos prazos de envio aos Grupos Municipais de documentos relevantes e complexos como o Orçamento Municipal e o Relatório das Grandes Opções do Plano e da informação sobre a atividade municipal que chegou apenas na passada segunda-feira. Disse que o trabalho rigoroso que pretendem levar a cabo, não pode ser exercido nestas condições e reiterou que voltarão a propor as assembleias municipais temáticas porque, como é do conhecimento de todos, o que é decidido pela Assembleia Municipal vincula apenas o executivo. Referiu, ainda, outra proposta que defendem que era a presença, nesta reunião, do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal para clarificar todos os Lousanenses do que é o Orçamento para não correrem o risco de serem remetidos para os gabinetes técnicos. Salientou, ainda, que irão trabalhar para a defesa do estatuto do direito de oposição, o que passará pela publicação do relatório obrigatório por lei até ao mês de março, o que não tem sido feito até agora e que se propõem a não deixar continuar a passar estas omissões. Ainda sobre as antes mencionadas nomeações de membros do PS para cargos da



Câmara Municipal, disse que no entendimento do Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD.CDS/PP coloca em causa o trabalho desta assembleia que se deve reger por critérios de igualdade, e neste caso, no acesso à informação de todos os Grupos Municipais ao mesmo tempo. No entanto, e como é óbvio, por inerência das funções dos novos membros desta assembleia, o Grupo Municipal do PS tem conhecimento antecipado de matérias e documentos que serão discutidos nesta assembleia, em detrimento dos restantes grupos, permitindo uma melhor preparação da assembleia, desigualdade com a qual não podem concordar que se mantenha. Questionou se as nomeações poderiam ser objeto de censura por eventuais incompatibilidades, evitando esta intervenção, principalmente, como já referiu anteriormente, a assembleia é o órgão fiscalizador do executivo e deve, por isso, primar pela sua independência o que é colocado em causa com a existência de membros municipais que têm uma relação direta com o executivo. Deu nota que analisou a questão e verificou que existe uma situação idêntica, muito recente, analisada e julgada pelo TAF - Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja que por sentença transitada em julgado em 26 de maio de 2020 determinou a demissão do deputado municipal do PS, Sr. Luís Madeira do cargo de Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara de Mértola. Disse que procurou documentos sobre este caso e concluiu que o desfecho foi a demissão do Chefe de Gabinete, por sentença do referido Tribunal. Sublinhou que o Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD.CDS/PP não pretende qualquer tipo de demissão, mas que tenham muito sucesso no exercício destas novas funções, o que pretende é que o "jogo democrático" praticado nesta assembleia seja o mais justo e equilibrado possível, pelo que, atendendo ao facto de ser recente esta nomeação, deixa que seja tomada a melhor decisão que entendam como adequada para valorizar a Assembleia Municipal. Seguidamente afirmou, citando: "**Senhor Presidente**, agora refiro-me, exclusivamente, a si quando me reporto pelas suas palavras referidas no seu discurso de tomada de posse no dia onze de outubro de 2021. Vivemos tempos em que o uso indevido das redes sociais, a



tendência extremista e populista tem ganho adeptos, mas entendo que tem que ser possível jogar o jogo democrático cumprindo as regras de saudável convivência cívica dignificando a política, honrando os princípios republicanos e valorizando o sistema democrático. Bem prega Frei Tomás, faz o que eu digo e não faças o que ele faz, é um provérbio usado de forma recorrente para ilustrar a incapacidade de praticar valores que se defendem. É aqui, por mim invocado para constatar este comportamento ambivalente de V. Ex^a., **Senhor Presidente**, e passo a demonstrar.” Exibiu a todos algumas publicações que foram divulgadas no site da Campanha do PS – “Luís Antunes 2021”, em que refere o Sistema de Mobilidade do Mondego, que não vai ser composto por um Metro de Superfície, antes porém, será composto por um Metro Bus, um autocarro, o que, no seu ponto de vista, configura uma desinformação de quem lê e vê aquelas imagens. Pediu para que confirmasse se o prazo para entrada em funcionamento do Sistema do Metro Bus se mantém. Colocou esta questão dado que no jornal digital Eco Sapo é referido, citando: “governo altera concessão para adaptar a linha do Mondego ao Metro Bus, em que refere que o prazo vai ser alterado.” Perguntou se a mensagem publicada no Facebook está ou não correta, ou seja, indagou sobre o tipo de utilização que é feito nas redes sociais. Ainda sobre as declarações do **Senhor Presidente da Câmara** na sua tomada de posse, questionou se, também, citando: “tinha conhecimento de que já existia contra si uma queixa na Comissão Nacional de Eleições, a qual veio analisar se as publicações efetuadas na página da Câmara Municipal da Louçã, na Rede Social Facebook se enquadravam ou não nas exceções admitidas pela Comissão Nacional de Eleições, pelo que tendo estas publicações como objetivo principal dar a conhecer e divulgar obras, atos ou programas da autarquia, após a publicação do decreto da marcação da eleição integram a previsão da proibição estabelecida na norma n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015 de 23 julho. Segundo a Comissão Nacional de Eleições contra o **Senhor Presidente da Câmara** deliberou o seguinte: - ordenar o procedimento contraordenacional contra o **Senhor Presidente da Câmara** e advertir o **Senhor**



Presidente da Câmara para que em futuros atos eleitorais se abstenha de efetuar por qualquer meio todo e qualquer tipo de publicidade institucional proibida nos termos da lei que já referi. **Senhor Presidente**, mesmo sabendo isto, faz duas publicações no dia seguinte à sua posse, e a ter dito estas palavras: uma no site de campanha, outra no site do PS Louçã. A publicação que refiro é esta (exibiu uma publicação). É uma publicação em que desaparecem os três vereadores do PSD democraticamente eleitos, o que levou a perguntas dirigidas a nós de que se não tivemos nenhum Vereador eleito ou, porque é que não quisemos ter pelouros. Isto constitui desinformação e uma má utilização das redes sociais. Por último, deixou mais um exemplo de uma notícia publicada no jornal As Beiras, e afirmou que, citando: “não vamos continuar a aceitar, apesar do **Senhor Presidente** fazer o que bem entender, mas aqui questionamos esta autorização de notícia, porque quem lê esta notícia, questiona se foi o PS que patrocinou a reparação em Vale de Maceira e, estas notícias, para nós, são censuráveis da forma com o que pretende transmitir e o que é que querem transmitir. Acho que se uma notícia daquelas tem que existir, tem que existir na forma correta, não nestas formas. Em conclusão, no Grupo Municipal “É Hora de Mudar” estamos disponíveis para trabalhar com todos os partidos para o interesse comum dos Lousanenses, mas desde que alicerçados nos princípios constitucionais basilares da democracia política nomeadamente, aqui, o de respeito pela igualdade dos membros e pela independência da Assembleia.”-----

A Senhora Presidente da Mesa reiterou o pedido para que todas as intervenções respeitassem os tempos definidos, embora cada Grupo Municipal possa usar o tempo como bem entender, no conjunto, mas não devem ultrapassar o que está estipulado. Agradeceu que fossem pragmáticos e objetivos nas intervenções e passou a palavra ao seguinte inscrito. -----

Nelson Lopes usou da palavra começando por endereçar cumprimentos à Mesa, Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta e restantes autarcas, trabalhadores da autarquia, comunicação social, público presente e todos aqueles que acompanhavam a emissão através das



redes sociais. Aproveitou a ocasião para desejar um bom mandato e ótimo trabalho, ao **Senhor Presidente de Câmara** e a todos os Vereadores eleitos sem exceção, a todos os colegas, membros da Assembleia Municipal e a todos os Presidentes de Junta e restantes autarcas. Em seguida, começou por enaltecer a decisão do Executivo Municipal em atribuir mais um apoio financeiro no montante de vinte e sete mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins depois de, recentemente, ter apoiado esta Corporação na aquisição de uma ambulância com um investimento superior a cinquenta mil euros. Este apoio, agora aprovado, que se soma aos apoios regularmente atribuídos, é um importante contributo para o desenvolvimento de tão nobre missão e, é sem dúvida alguma, mais um reconhecimento da enorme importância que os bombeiros têm para a comunidade. Destacou o esforço e empenho do Executivo Municipal na dinamização de atividades nesta época festiva, além da instalação de uma apelativa iluminação de natal que confere uma alegria e um brilho especial às ruas, as inúmeras e variadas atividades e iniciativas promovidas pela autarquia, ou organizadas em parceria com outras associações do Concelho que proporcionam bons momentos de animação e convívio na comunidade, atraem cada vez mais visitantes ao Concelho da Lousã e são também um importante e necessário estímulo ao comércio da Lousã. Em relação ao apoio ao comércio local, manifestou uma palavra de apreço e reconhecimento para o trabalho conjunto que tem sido desenvolvido pela permanente e produtiva parceria entre a Câmara Municipal da Lousã e Associação Empresarial da Serra da Lousã. Disse ainda que, citando: *"a somar a tantas outras iniciativas e apoios que têm sido tão importantes, para minimizar o impacto negativo da pandemia que todos enfrentamos, nesta época festiva, e novamente com o apoio financeiro da autarquia, esta associação empresarial está a promover, entre outras iniciativas de grande valor, mais uma edição do já habitual sorteio de Natal. Depois do enorme sucesso do ano passado, será novamente sorteado um conjunto de atrativos prémios que, como bem sabemos, e é bom de ver, tem como principal objetivo incentivar as pessoas a fazerem as suas*

af
h
g



compras nos estabelecimentos da Lousã e dessa forma fomentar e fortalecer a nossa economia. São estes bons exemplos de cooperação e parceria, de dinamismo que são uma prática tão corrente neste executivo que vos quero deixar nesta minha primeira intervenção e nesta época de Natal." -----

António José Gonçalves interveio começando por apresentar cumprimentos à nova **Mesa**, e desejar as maiores felicidades. Apresentou saudações a todos quantos seguiam a emissão pelas redes sociais, ao público presente, e aos colegas membros da assembleia, desejou um excelente mandato a todos. Dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara** apresentou um conjunto de questões e críticas, citando: "gostava de complementar a intervenção do meu colega **Pedro Santinho** para lhe dizer que perdemos uma "oportunidade de ouro" ao não distribuir pelouros aos nossos Vereadores. Os Lousanenses, disseram-lhe, claramente, que gostariam de ter Vereadores no executivo, lamento que não o tenha feito e que para isso tenha nomeado um Adjunto e uma Secretária. Vou dar início a algumas questões que não foram esclarecidas nem agendadas no mandato anterior. Praticamente vou iniciar esta minha primeira intervenção neste primeiro mandato, da mesma maneira que acabei. **Senhor Presidente** gostaria de ver agendado a troca das janelas e que custos é que isto vai ter para os impostos dos Lousanenses; gostaria, também, que me dissesse quando e como é que irão ser reabilitadas algumas coisas que foram feitas nas obras de Reabilitação Urbana; gostaria, também, que dissesse qual é afinal a grande derrapagem do cineteatro; gostaria, também, de criticar, embora não seja da sua responsabilidade, um "mamarracho" que está a ser feito no Arneiro, excelente artigo do jornalista Casimiro Simões, onde seria manifestamente, mais fácil e mais barato, fazer uma passagem inferior; gostaria, também, de questionar por que razão, e até ontem ainda não estava solucionado, porque é que não há água quente no pavilhão da escola secundária; gostaria, também, de dizer, embora, também, não seja da sua responsabilidade, mas a Câmara Municipal e o executivo tem sempre uma palavra a dizer, que nos parece, em demasiado, o corte da estrada e da ponte em Serpins. Finalmente, gostaria de questionar o **Senhor**



Presidente se há alguma intervenção prevista naquelas deformações no pavimento, entre Alfocheira e a Lousã, existentes há décadas." -----

Helena Correia começou por apresentar cumprimentos à Mesa, Executivo, membros da Assembleia Municipal, colegas Presidentes de Junta, público presente e ao que estava a assistir pelas redes sociais e trabalhadores da autarquia. Em seguida, afirmou, citando: "porque estamos em Vilarinho falo e começo por reconhecer a importância das intervenções efetuadas pela Câmara Municipal nomeadamente na pavimentação das ruas do Lagar e do Soito, reivindicações e pedidos da população e que, efetivamente, muita diferença fazem no conforto de circulação rodoviária das pessoas que moram nestes locais. Pergunto quando está prevista a pavimentação para a Rua do Passal, se podemos contar com essa intervenção em breve. Aproveito, ainda, para lembrar uma necessidade, também, por diversas vezes levantada pelos residentes de Vilarinho, principalmente pelas pessoas que se deslocam a pé, que é a necessidade de construção de passeios na Estrada Nacional, entre a igreja e o lugar. Estamos a falar de uma Estrada Nacional mas, penso que poderemos tentar em conjunto, ou pressionar quem de direito, quem tem poder, tentar arranjar uma solução para que as pessoas possam circular com segurança entre a igreja e o lugar de Vilarinho. Aproveito, também, a oportunidade para falar de uma outra situação, esta agora do outro lado da nossa imensa Freguesia que tem a ver com os acessos a Eira de Calva e Cova do Lobo, tendo consciência que as Infraestruturas não são da responsabilidade da Câmara Municipal, são da responsabilidade de outra entidade, pergunto ao **Senhor Presidente da Câmara** se pode adiantar mais alguma informação sobre a intervenção nestas vias de acesso às aldeias de Cova do Lobo e Eira de Calva." -----

Luís Marques começou por cumprimentar todos os presentes e todas as pessoas que acompanhavam a emissão nas redes sociais. Em seguida e citando disse: "os assuntos que trago a esta assembleia estão relacionados com as estradas da Lousã. Primeiro - Estrada Municipal 555, em Vale Maceira. Quero felicitar o executivo pelo Início das obras de reposição dessas estradas



porém, tendo em conta que o prazo de execução da obra são trinta dias, gostava de perguntar se este irá ser cumprido; Segundo - tampas das caixas visita das infraestruturas enterradas: em várias estradas da Lousã existem tampas em ferro fundido que não se encontram à cota do pavimento, obrigando assim os condutores a fazerem autênticas "gincanas" para contornar as mesmas, no meu caso, o troço da Estrada Nacional 286, entre a rotunda do castelo e o cruzamento para a zona industrial dos Matinhos. Quando estas situações acontecem, o procedimento correto passa por remover as tampas e voltar a reapi-las à cota do pavimento. Tenho vindo a reparar que a Câmara Municipal da Lousã prefere adiar a resolução deste problema colocando misturas betuminosas sobre as tampas, não respeitando assim as boas práticas e regras de construção; terceiro - Estrada Municipal 571 Estrada Municipal 552 e Estrada Municipal 554, que faz a ligação entre Freixo, Casal de Ermio e Serpins. Existem lombas que não cumprem com as medidas regulamentares. Todos nós sabemos que estas são estradas sinuosas e estreitas para o trânsito que lá circula e também sabemos que são as viaturas dos Bombeiros Voluntários de Serpins as que mais sofrem com estas lombas. Queria assim, desafiar o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** a solicitar um estudo de medidas de acalmia de tráfego, substituindo assim estas lombas por outras medidas. Por último, Estrada Municipal 580 de acesso ao Castelo da Lousã. Todos sabemos que foram realizados vários estudos em vários pontos desta estrada, queremos assim saber quais foram as conclusões mencionadas no relatório e quais são as medidas previstas para melhorar a base e sub-base das zonas desta estrada que mostram dia após dia, sinais de fadiga e rotura."-----

Pedro Santos usou da palavra começando por saudar todos os presentes e a quem estava a ver, também, online e, simultaneamente, desejou um excelente mandato a todos os presentes. Seguidamente, citando: "Manifestar extrema preocupação relativamente à debilidade da resposta dada pela USF Trevim Sol, à satisfação das necessidades em termos de saúde aos Lousanenses. A gestão do Centro de Saúde e das USF's, designadamente, a USF Trevim Sol, são da responsabilidade em primeira Instância, da sua



Coordenação e depois do Ministério da Saúde. Realçar a disponibilidade do executivo para colaborar na solução que, obviamente, se exige; salientar a intervenção do executivo pelas diligências realizadas junto da Coordenação da USF, Administração Regional de Saúde, adiante designada por ARS e Ministério da Saúde; solicitar, também, que a Câmara Municipal continue a acompanhar esta lamentável situação no sentido de uma rápida solução satisfatória face às necessidades lousanenses em termos de saúde. Realço, novamente, que efetivamente quem tem a responsabilidade da resolução deste problema não é a Câmara Municipal da Lousã, mas a Coordenação da USF e a nível central; dar, também, uma nota muito positiva pela intervenção que o município tem tido no processo da vacinação, colaboração e empenho e felicitar, também, a adesão dos Lousanenses nestes momentos, nesta altura de pandemia." Por último, desejou que "novos tempos se aproximem." -----

A Senhora Presidente da Mesa, antes de passar a palavra ao seguinte inscrito, voltou a apelar à capacidade de síntese e pragmatismo por parte dos intervenientes.-----

Maria Guilhermina Antunes iniciou a sua intervenção começando por apresentar cumprimentos a todos: Mesa, Executivo, colegas membros da Assembleia Municipal e público. Seguidamente teceu um conjunto de considerações, citando: "como é a minha primeira intervenção nesta assembleia dizer que é com muita honra que assumo este papel e que é meu desejo que através dele, possa contribuir para melhorar a qualidade de vida, mitigando dificuldades e reforçando energias que potenciem o desenvolvimento e o bem-estar desta comunidade. Em segundo lugar, queria agradecer à equipa a que pertenço "É hora de mudar", por me terem convidado e assim, terem-me dado a honra de fazer parte de uma equipa onde me revejo, acredito e com a qual estou convicta que iremos traçar novos e promissores rumos para a Lousã. Como educadora de infância, não poderia deixar de falar de educação, causa que abraço há cerca de trinta e oito anos e pela qual, ainda hoje, me sinto fascinada. Presentemente, a escola

(Handwritten signature in blue ink)



deverá ser encarada como um sistema aberto, interventivo e dinâmico, assente numa prática de relações entre todos os intervenientes com base na implementação de modelos e ações educativas diferenciadoras e inovadoras visando a otimização da educação nas suas Comunidades Educativas. Assim, e na sequência de uma prévia avaliação deste ano letivo, no nosso concelho, quero convosco partilhar algumas reflexões e preocupações comuns a toda a comunidade e a toda a Comunidade Educativa da Lousã que, no fundo, somos todos nós. A delegação de competências no âmbito da educação: - Será que esta delegação de competências não irá provocar considerável limitação de autonomia da escola pública? Estará a Câmara Municipal da Lousã preparada para assumir essa transferência na sua totalidade? Será que essa transferência irá ser feita de uma forma tranquila e gradual envolvendo todos os intervenientes educativos? - Obras: Qual a data efetiva do início da obra de intervenção na escola secundária? Qual a data prevista de conclusão da obra? Para que espaço e edifícios irão ser deslocados alunos, professores, serviços administrativos, entre outros? Que condições irão ter? Falta de recursos humanos, situação transversal a todos os níveis de ensino, falta de respostas mais adequadas e consistentes de acordo com as necessidades específicas das crianças com necessidades educativas especiais, necessidade de implementar um planeamento integrado flexível e adaptativo de formação visando o desenvolvimento contínuo dos assistentes operacionais, equipamento informático e de apoio, falta de equipamento informático em algumas escolas nomeadamente: quadros interativos que não funcionam e computadores, outras situações; - Problemáticas identificadas: - Turmas excessivamente grandes com vinte e cinco a trinta alunos, previsível aumento da rede escolar com o início do Metro Bus, falta de técnicos especializados nomeadamente, terapeutas da fala e psicólogos, no sentido de dar resposta às necessidades identificadas com destaque no setor pré-escola, na falta de apoio da terapia da fala, necessidade de maior articulação entre horários escolares e transportes escolares, necessidade de manutenção e substituição do mobiliário e equipamento em diversas escolas;



Propostas: – Criação de sala de multideficiência direcionada para crianças do pré-escolar dos três aos seis anos, existência de uma bolsa de recursos técnicos especializados, maior aposta na formação específica para assistentes operacionais com particular incidência no setor pré escolar pela sua especificidade e termino citando a frase do pedagogo Paulo Freire que diz: - ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo." -----

Margarida Correia prescindiou. -----

Joel Fernandes começou por realçar o trabalho que, no seu entendimento, tem sido feito com dignidade, seriedade e serenidade, na Assembleia Municipal. Disse estar confiante pela primeira sessão que tiveram e pela reunião da Conferência de Líderes que se manterá assim e para si, só augura coisas boas para a Lousã. Referiu, também, em relação à questão das propostas que foram votadas, anteriormente, e com a proposta do membro da Assembleia Municipal **João Santo** que, da parte do Grupo Municipal do PS, está disponível para trabalhar com todos os Grupos Municipais, formal ou informalmente, numa tentativa de reformulação das propostas, porque, segundo lhe pareceu, houve mais pontos em comum do que diferenças, a fim de chegarem a um bom entendimento e depois suportar o executivo na sua função executiva. Mencionou, ainda, não apenas na Educação, o grande desafio que será colocado ao município em dois mil e vinte e dois, nomeadamente com a questão da delegação de competências que vão ter.

Disse ainda, citando: *"nesta assembleia no passado e hoje temos, também, um ponto que abordará esse tema mas só de uma área. Nesta assembleia, no passado, recusámos, por várias vezes, competências por entendermos que não estavam criadas as condições necessárias para que os serviços aos Lousanenses continuassem a ser prestados com a qualidade que nós exigimos e continuaremos a exigir. Estou certo que esta assembleia saberá sempre colocar, mais uma vez com serenidade, os interesses dos Lousanenses à frente de interesses pessoais ou partidários. Tem sido assim no passado e acredito que continuará a ser assim no futuro. Nesse sentido, queremos, especialmente,*

*h
g*



exortar o executivo a ter uma ação não só determinada, mas reivindicativa na questão da transferência da delegação de competências para o executivo, para o município, exigindo que todos os meios financeiros, recursos humanos e outros mais, para cumprir essas competências, sejam transferidos para o município. Estamos certos que esta assembleia cá estará para fiscalizar e cá estará para defender sempre o melhor interesse dos Lousanenses.”-----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos ou as informações que entendesse como pertinentes e relevantes.-----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta às questões que lhe foram colocadas disse que iria procurar ser rápido e assertivo começando por responder a **Pedro Santinho**, em relação às questões suscitadas. Informou que as questões das nomeações foram devidamente verificadas, regularizadas e enquadradas. Sobre a presença do Revisor Oficial de Contas, neste momento, parece-lhe “*desfasado*” porque a intervenção e considerações em documentos de acesso à Assembleia Municipal são prestadas por aquela entidade no Relatório de Gestão da Atividades e Contas. Sobre o estatuto do direito de oposição, informou que o relatório será, formalmente, efetuado. Relativamente a outras questões informou que, neste momento, os dados que todos dispõem e, nomeadamente, a Câmara Municipal da Louçã, enquanto parte interessada no projeto, e enquanto entidade que participa na Sociedade Metro Mondego, pode afirmar que os prazos se mantêm todos relativamente aquilo que está previsto. Sublinhou que neste momento, há dados que levam a crer com convicção nessas circunstâncias. Foi consignada, muito recentemente, a obra entre o Alto de São João e a Portagem e, no que diz respeito ao material circulante, as propostas estão, também, em análise que é um elemento essencial para além de outras iniciativas que têm sido desenvolvidas e que vão todas no sentido positivo da concretização do projeto conforme está preconizado. Relativamente às redes sociais, seria uma publicação da Câmara Municipal que, no que concerne á notificação, esclareceu que quando terá sido feita essa publicação, a

AP
H
G



Câmara Municipal, ainda, não sabia porque não estava notificada pela Comissão Nacional de Eleições, ou seja, recebeu posteriormente a notificação a que se referia. Adiantou que se trata de uma situação usual em circunstâncias de momento eleitoral. Relativamente às janelas do Edifício dos Paços do Concelho, disse que tem respondido sempre à questão levantada, todavia nada mais tem a informar sobre o assunto, nem tem conhecimento de mais alguma informação adicional. Sobre as obras de Reabilitação Urbana, de acordo com aquilo que já tem transmitido anteriormente a toda assembleia e em outros fóruns, confirmou que existem ainda correções a fazer que estão devidamente identificadas, esperando que sejam realizadas no mais curto espaço de tempo. A intervenção no cineteatro não sofreu informações atualizadas em relação ao que transmitiu no mês de setembro. Reiterou que houve necessidade de suspender a obra devido a interpretação divergente entre o empreiteiro, a equipa projetista e a Câmara Municipal da Louçã, situação já ultrapassada, no momento. A obra tem estado em curso, embora de uma forma mais lenta do que o desejável. A colocação da cobertura em estrutura metálica é o elemento, neste momento, mais importante e, caso não existam quaisquer contratempos, será colocada durante o início do próximo mês de janeiro, estando, ainda assim, condicionada aos custos de alguns materiais e disponibilidade do mercado. Sobre o viaduto do Arneiro disse que é de entendimento da Câmara Municipal que não havia necessidade daquela construção, nem de uma passagem inferior, o sistema de semaforização que existia naquele local seria suficiente. Informou que esta posição foi manifestada às Infraestruturas de Portugal, adiante designada por IP, em vários momentos, contudo, foi entendido pela equipa projetista do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que era, tecnicamente, importante pelo que não havia condições para abdicar daquela solução. Adiantou, ainda, que foi solicitado pela Câmara Municipal, quer às IP, quer à Sociedade Metro Mondego para que a obra avance, a fim de causar o mínimo de perturbações e impactos negativos. A falta de água quente no pavilhão número um deveu-se a uma avaria numa caldeira e aguarda a substituição



do material que é necessário substituir. Sobre a ponte de Serpins esclareceu que a obra é muito importante para o concelho e foi reivindicada, mas não é da Câmara Municipal. A entidade dona da obra é a empresa Águas do Centro Litoral, adiante designada por ACL. Ainda assim, a Câmara Municipal tem estado a intervir junto das ACL para que seja resolvida o mais rapidamente possível aquela situação. Os trabalhos estavam em desenvolvimento, entretanto surgiram situações consideradas sob o ponto de vista arqueológico válidas que teriam que ser estudadas, pelo que se tornou necessária uma ponderação para uma alternativa de solução naquela ponte. Neste momento, a definição dessa intervenção está num impasse porque carece de parecer da Direção Regional de Cultura do Centro e por este motivo, foi decido reabrir a ponte ao trânsito até que seja definitivamente definida a execução dos trabalhos em falta. Informou que não está prevista nenhuma intervenção em tempos próximos para o troço do Zambujeiro – Lousã. Relativamente à intervenção na Rua do Passal, informou que está incluída na empreitada que tem estado a ser executada. Sobre os passeios na estrada 342, disse que em primeiro lugar têm que continuar a lutar para que as IP possam concretizar a intervenção, não havendo essa possibilidade, a Câmara Municipal e Junta de Freguesia, terão que conseguir uma solução que permita uma circulação pedonal com maior segurança, especialmente entre a Igreja e o centro do lugar. No que diz respeito às intervenções em Cova do Lobo e Eira de Calva, disse que não se trata apenas de asfaltamento e regularização da via, tem a ver com infraestruturas, pelo que terá que ser feita a devida verificação e orçamentação. A obra na EM 555 tem o prazo de execução mencionado por **Luís Marques**, contudo, é natural que não vá ser cumprido atendendo às condições atmosféricas que se fizeram sentir e que impediram o desenvolvimento dos trabalhos. Sobre as tampas das vias, confirmou que isso acontece em alguns pontos e a Câmara Municipal vai continuar a trabalhar no sentido de melhorar essas situações. Quanto às lombas redutoras de velocidade entre o Freixo e Serpins e que existem em outras vias, no âmbito da empreitada que está a decorrer, informou que está



identificada essa situação e falta introduzir a melhoria destas lombas redutoras de velocidade, tornando-as mais adaptadas às funções que desempenham e impactos negativos que causam na circulação. Quanto à estrada entre o Cabo do Soito e Castelo, disse não dispor ainda da solução técnica definitiva, com a proposta de intervenção necessária a executar, embora tenha conhecimento de ter existido uma reunião com a entidade contratada e os serviços técnicos da Câmara Municipal sobre o assunto. A **Pedro Santos** deu nota que, no que respeita aos cuidados de saúde à população, é uma situação a que o executivo tem dado bastante atenção e tem tido o empenho da Câmara Municipal no sentido de poder ser normalizado o serviço. Existe, neste momento, um ponto crítico que é a falta de recursos humanos, ao nível da equipa médica, que influencia com significado a menor capacidade de intervenção e da atuação da USF Trevim Sol e, para além disso, há um conjunto de outros fatores, onde a Câmara Municipal tem procurado ajudar, manifestando disponibilidade e feito diligências com reuniões e troca de comunicação permanente com o Coordenador do ACES e a ARS. Afirmou que tem conhecimento que estão a desenvolver esforços para a resolução do problema e que os profissionais que lá estão a trabalhar, estão a fazer o seu melhor, mas não obsta que exista uma debilidade grande que tem gerado perturbação no normal funcionamento da comunidade. A Câmara Municipal tem estado atenta e disponível para continuar a colaborar em questões operacionais e logísticas. Em resposta a **Maria Guilhermina Antunes**, esclareceu o seguinte, citando: *“Sobre a centralização de competências temos estado a trabalhar, quer de forma própria quer em colaboração com o Agrupamento de Escolas quer, também, com as instâncias do Ministério da Educação nomeadamente a DGEstE relativamente a este processo, para além de outras reuniões e diligências que têm vindo a ser feitas ao longo do tempo. Ainda há cerca de quinze dias, ou três semanas, decorreu uma reunião de trabalho em que estive no nosso município, a Senhora Diretora Regional que reuniu para além da Câmara Municipal, com a Direção do Agrupamento, no sentido de verificar as questões subjacentes a*

AF
B
g



este processo de descentralização de competências na área da Educação, como as questões: operacionais, administrativas e informáticas. Portanto, aquilo que pretendemos é que seja um processo o mais tranquilo e natural possível mas é bom, também, que tenhamos consciência de qual é o universo de intervenção desta descentralização de competências que diz respeito a assistentes operacionais e infraestruturas. Não diz respeito a um conjunto de outras situações que poderemos considerar até mais relevantes e mais estratégicas e que tem a ver com questões pedagógica, de dinâmicas, de ofertas e projetos pedagógicos relativamente à área da Educação. O universo de competências que está definido no diploma é, grosso modo, tentando ser o mais sucinto possível, relativo aquilo que diz respeito às assistentes operacionais e técnicas administrativas e às Infraestruturas. Aquilo que temos verificado é que há um desfasamento grande entre aquilo que é a perspetiva do Ministério e aquilo que é a perspetiva da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas, a vários níveis e desde logo, no que diz respeito aos recursos humanos, nomeadamente, eu prefiro chamar-lhes auxiliares de educação do que assistentes operacionais, no que diz respeito não só à quantidade, mas, também, à sua formação e às suas características de atuação. No que diz respeito aos recursos humanos, dizer-lhe que a Câmara Municipal, já há muito tempo que tem esta preocupação das crianças com necessidades educativas especiais. Há muito tempo, incluindo este ano letivo, quer a Câmara Municipal, quer o Agrupamento de Escolas, tomaram posições públicas evidenciando que os recursos humanos são insuficientes no geral e em particular, se tivermos em atenção aquilo que são as necessidades de acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais, seja em que nível de ensino for, quer seja no pré-escolar, quer seja no 1º ciclo ou em outros ciclos de ensino. Temos, claramente, demonstrado esta insuficiência ao longo do tempo com base em dados concretos e não temos, até ao momento, conseguido da parte do Ministério da Educação a atenção e a consequência que nós entendemos como necessária e justa. Mas continuamos a debatermo-nos com isso e, nesta reunião que teve lugar neste



passado recente, foi claramente evidenciada esta necessidade e esta particularidade do Concelho da Louçã, que temos, de facto uma política e prática de inclusão que está acima da média, nomeadamente, nesta área da educação e que, deve ser tratada de forma diferente, no que é diferente no Concelho da Louçã. Atendendo a essa deficiente resposta do Ministério, o Município da Louçã tem vindo, desde há alguns anos a esta parte, a colocar mais recursos humanos dentro daquilo que são os programas e as medidas e as formas possíveis da Câmara Municipal e, também, temos através de uma parceria com a ARCIL financiado, anualmente, o Centro de Recursos para a Inclusão, neste momento, com um subsídio de sessenta mil euros, para se financiar recursos humanos exclusivamente dedicados a crianças com necessidades educativas especiais sabendo nós que, ainda, não é na medida devida, mas é uma evidência de que temos esta perspetiva de atuação e de inclusão e da criação das melhores condições para todas as crianças e jovens e em particular as condições adequadas para estas crianças e jovens no âmbito da multideficiência. Relativamente às outras questões que colocou, as turmas com elevado número de alunos, é uma questão que não depende da Câmara Municipal e, até o próprio Agrupamento de Escolas tem uma perspetiva diferente, mas tem a ver com o rácios e com critérios do próprio Ministério e que não tem sido correspondida esta perspetiva que existe a nível local. No que diz respeito à formação às assistentes operacionais, sabendo que é sempre preciso fazer mais, temos procurado fazer alguma formação em diferentes áreas a estas trabalhadoras, nomeadamente àquilo que diz respeito às trabalhadoras da Câmara Municipal em primeira instância, mas numa parceria com o Agrupamento de Escolas algumas comuns e com partilha de responsabilidade relativamente às trabalhadoras, independentemente da tutela que têm hierárquica ser da Câmara Municipal ou do Ministério da Educação. No que diz respeito a equipamento informático, a informação de que dispomos é que há algumas situações pontuais de necessidade de intervenção, de atualização, de avarias que são normalmente assistidas e há esta interação entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal e que



vão sendo correspondidas. Relativamente a algum equipamento, aquilo que lhe posso dizer é que temos devidamente identificado nomeadamente mobiliário e equipamento pedagógico ou equipamento complementar ou auxiliar de atividades, temos essa situação identificada e no próximo orçamento existe uma dotação para responder, eu não diria na totalidade, mas ir respondendo gradualmente a algumas situações dessas de necessidade de renovação ou de novo equipamento adaptado às diferentes situações." No que diz respeito à Escola Secundária, informou que a obra já está adjudicada e de acordo com o procedimento de contratação pública, atendendo ao montante da obra terá que ter o Visto prévio do Tribunal de Contas, adiante designado por TdC, cujo processo já seguiu. Decorridos os prazos legais e assim que o Visto do TdC seja aprovado, será feita a consignação da empreitada e o prazo de execução da obra começa a contar a partir desse momento. Sobre a logística necessária a acompanhar a intervenção com o funcionamento da escola, minorando, na medida do possível, os impactos negativos tem havido reuniões entre a Câmara Municipal e a Direção do Agrupamento no sentido de operacionalizar essas situações e o faseamento da obra será conjugado com essa planificação.-----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 5 (cinco)).-----

Inscrições: Sérgio Pedroso, Marco Sequeira, António José Goncalves, Filipa Marques, Pedro Santinho, Ana Bandeira e Joel Fernandes. -----

Sérgio Pedroso tomou a palavra para intervir neste ponto, começando por apresentar cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, Executivo Municipal, colegas membros da Assembleia Municipal e de mais presentes. Em seguida e citando: "Mais uma vez estamos em Vilarinho, o que me enche de orgulho e como não podia deixar de ser uma vez mais pergunto ao executivo em que situação se encontra o assunto da desagregação da freguesia de

Handwritten signature in blue ink.



Lousã e Vilarinho? Passando à análise da informação financeira à data de trinta de novembro de dois mil e vinte e um, é com muita pena que constatamos uma taxa de execução tanto a nível da receita, cerca de 65,43 %, como da despesa cerca de 59,30% bastante aquém das expetativas. Sabemos que para isso muito contribui a pandemia que estamos a viver mas, só a covid-19, não poderá ser justificação para estas taxas de execução tão baixas. Poderá, o **Senhor Presidente**, sobretudo no valor que se verifica no que aos valores das receitas e despesas de capital diz respeito justificar tal facto? Não terá a ver com a não execução de investimentos por exemplo, na intervenção na Escola Secundária e da não execução do projeto do Cineteatro? Valha-nos congratular o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, pois as taxas de execução do mesmo estão bastante prejudicadas! Quanto à situação patrimonial e no que diz respeito às dívidas a terceiros, apesar de se verificar um ligeiro aumento nas dívidas de médio e longo prazo, congratulamo-nos por ver a dívida de curto prazo diminuir em cerca de 54%, um valor que gostaríamos que nos explicasse pois achamos estranho e parece-nos que a dívida baixou, pois não se concretizaram alguns dos investimentos que estavam previstos concretizar. Em relação ao limite da dívida total, verifica-se o seu cumprimento e com uma margem bastante confortável. Quanto à lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, apraz-nos ver que o Município da Lousã, não tem pagamentos em atraso. Acabo a minha intervenção e, porque está aqui tão perto, para dar os parabéns a todos os que contribuíram, e à ADIC pela inauguração do seu Centro Social." -----

Marco Sequeira interveio para realçar a intervenção da modernização da Escola Secundária da Lousã dizendo que já foi assinado o contrato, sendo um investimento de aproximadamente três milhões de euros. Realçou o empenho do Executivo Municipal por ter lutado por este objetivo que só foi conseguido em um mandato do PS e com um governo do PS. Deu, ainda, conhecimento de uma tomada de posição apresentada pela JS Lousã, no Conselho Municipal da Juventude e que foi aprovada por unanimidade, dirigida ao



Senhor Ministro da Educação a alertar para esta problemática que agora está resolvida. Por último salientou a importância deste investimento, visto assumir um papel essencial para os jovens e para toda a comunidade educativa, em várias vertentes no acesso à educação e com condições dignas, para além da possibilidade de fixação dos jovens com estabelecimentos de ensino de qualidade no Concelho da Louçã, sem necessidade de terem que se ausentar para a sua formação académica. -----

António José Gonçalves interveio começando por acusar o **Senhor Presidente da Câmara** de não responder, objetivamente, às questões e lamentou o facto de já há três semanas não haver água quente no pavilhão. Solicitou um esforço de investimento, por parte da Câmara Municipal, numa intervenção na zona da Lagartixa, porque se trata de uma deformação, na estrada, já com três décadas. Referiu-se às obras que estão a decorrer junto ao lugar do Boque – Casais, dizendo tratar-se de uma conduta que foi captar água à zona do aeródromo, com o rio Ceira tão perto. A propósito, questionou o **Senhor Presidente** como é que vai controlar as obras que a empresa APIN vai executar com os quinhentos e cinquenta mil euros que lhe foram transferidos pela Câmara Municipal da Louçã.-----

Filipa Marques usou da palavra começando por saudar a Mesa da Assembleia Municipal, Executivo Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia, colegas membros da Assembleia Municipal, comunicação social, trabalhadores da autarquia, munícipes da Louçã e todos aqueles que acompanhavam a reunião através das redes sociais. Em seguida fez uma referência ao "SIT Flexi – Sistema de Transporte Flexível a pedido, dizendo o seguinte, citando: "*transporta residentes em locais mais remotos do nosso concelho para usufruírem de diversos serviços ou mesmo para efetuarem as suas compras permitindo solucionar as necessidades de mobilidade a quem mais precisa, nomeadamente, à nossa população mais idosa. Onze táxis do concelho efetuam o transporte nas quatro freguesias daqueles que efetuam, a seu pedido, e por chamada gratuita no dia anterior à deslocação pretendida. O valor máximo de transporte assume assim um custo de dois euros e oitenta*

AF
 2
 A



cêntimos, valores mais acessíveis para os idosos que dependem das suas pensões mensais sendo o restante valor suportado pela nossa autarquia. Assume-se como um complemento ao serviço de transportes já efetuado pela Urb da Lousã e para além de ser um projeto que previne o isolamento das populações mais distantes do centro da vila, permite, também, uma movimentação acrescida dos proprietários de táxis fomentando, ainda, a aproximação dos utentes ao comércio local, bem como à sua autonomia pessoal. Esta solução de mobilidade desenvolvida pela CIM-RC revela-se como uma preocupação conjunta dos municípios desta região promovendo a coesão territorial e é mais um investimento nos sistemas de transporte do nosso concelho a par da Urb da Lousã. Reflete-se aqui, sem dúvida, o espírito e a missão comprometida do nosso município para a promoção da qualidade de vida das nossas famílias." -----

Pedro Santinho tomou a palavra, citando: "a minha dúvida e o pedido de esclarecimentos refere-se à atividade municipal pedindo esclarecimentos se a mesma representa efetivamente toda a atividade municipal e, se assim é, o seguinte esclarecimento: um que ficou, na minha opinião, por esclarecer há pouco sobre o Metro, efetivamente, qual a data prevista para o Metro estar a funcionar. Sei que não mudou, mas não percebi mesmo a data prevista. Quanto ao Centro de Saúde, utilizando uma notícia de novembro do jornal O Trevim - problemas na USF Trevim Sol sem fim à vista - é dito que, por fonte da autarquia disse ao nosso jornal terem sido desenvolvidas diligências junto da Coordenação da USF, do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal de interior, da ARS Centro e do Ministério da Saúde, é evidente que poderiam ter decorrido no tempo mas, na atividade municipal de três meses: setembro, outubro, novembro e dezembro corrente e salientando que me foi feito chegar apenas há dois dias, apenas encontro uma reunião com a ARS Centro. Questiono porquê apenas uma única reunião e não haver mais nestes três meses e questiono, também, outra situação que é pese embora sejam competências que transcende o município, se não for este a defender os interesses dos cidadãos junto da tutela, então quem poderá fazê-lo? Pergunto,

AF
h
a



*ainda, que ações está o município disposto a levar a cabo, caso a tutela continue indiferente às necessidades emergentes da população da Louçã que depende dos serviços de saúde da Unidade de Saúde Trevim Sol. Faço questão de salientar que as perguntas já foram colocadas por **Victor Carvalho**, na qualidade de Vereador do Executivo e reforço aqui essa questão. Por último, e ainda relativamente ao corte de árvores entre o Vaqueirinho e o Talasnal, julgo ter percebido que houve contactos com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, não tenho a certeza absoluta, se existiu, não consegui confirmar aqui na atividade municipal. Certo é que, ainda, sem confirmação, mas é apenas um alerta, existem informações de que há aquisição de muita propriedade na Serra da Louçã por duas empresas e eu queria confirmar se o **Senhor Presidente** tem conhecimento e se está a acompanhar o processo para que não sejam feitos, também, cortes rasos ou restrições de acesso a propriedade ou outras situações.” -----*

Ana Bandeira usou da palavra começando por saudar a Mesa da Assembleia, Executivo Municipal, Presidentes de Junta, colegas membros da assembleia, comunicação social, trabalhadores da autarquia, munícipes presentes e todos aqueles que seguem a emissão através das redes sociais. Saudou ainda todos quantos tornaram possível a realização desta sessão, no Salão do Clube Recreativo Vilarinhense que permite dar cumprimento a um dos objetivos traçados pela bancada socialista de realizar reuniões desta assembleia nas freguesias do concelho. Em seguida, fez as considerações que se passa a citar: *“Permitam-me que demonstre de forma mais formal a honra que é para mim poder participar nesta assembleia como membro eleito pelo Partido Socialista, esperando responder ao espectável dos munícipes da Louçã que em mim e nos meus colegas depositaram a sua confiança delegando em nós poderes para defender os seus interesses. Dizer que no mês de novembro decorreu na Louçã a assinatura do Protocolo para a territorialização da Rede Nacional de apoio às vítimas de violência doméstica com a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, e SIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Esta iniciativa serve de*

Ad
g



base à criação do projeto "6 em rede" intermunicipal de apoio à vítima de violência doméstica. O "6 em rede" disponibiliza um gabinete de apoio à vítima que presta auxílio psicológico, social e jurídico às vítimas de violência doméstica, quer sejam elas vítimas adultas, seniores ou crianças e jovens. Paralelamente e com a preocupação social sempre presente da autarquia, em setembro nasce o programa "primeiros passos" como um projeto de apoio à natalidade e a todos aqueles que pretendem formar família no nosso concelho. Este programa atribuí um subsídio às famílias residentes na Louçã, há mais de um ano, que lhes permite fazer face a algumas despesas relacionadas com os cuidados do bebé ou criança a serem disponibilizadas em consumo em lojas de comércio local para além de outros apoios à parentalidade. Este executivo tem procurado criar uma série de medidas que permitam a melhoria da qualidade de vida da sua população apresentando atrativos que promovam a fixação dos jovens criando as condições adequadas para aqui permanecerem e constituírem famílias. São estas medidas, em paralelo com todas aquelas que beneficiam as famílias na sua vertente social de saúde educacional, cultural e ainda, lúdica que atribuem à Louçã pela décima vez consecutiva, o título de "autarquia familiarmente responsável", em 2021. O apoio social escolar, o apoio a cidadãos em carência económica ou apoio a alunos com necessidades educativas especiais, os transportes e refeições escolares, onde se engloba a oferta de fruta às crianças do ensino pré-escolar, exclusivamente, suportado pela autarquia, o apoio à aquisição de material e livros escolares, entre outros diversos projetos. São políticas municipais com influência direta e muito positiva na vida das famílias e, conseqüentemente, da nossa comunidade. A realidade do nosso concelho é reconhecida e a qualidade de vida dos seus cidadãos uma das principais preocupações da Câmara Municipal da Louçã."-----

Joel Fernandes usou da palavra para se reportar ao assunto do Metro Bus e ao início das obras que já não se coloca em causa. Relativamente à notícia do ECO disse que a mesma faz um ponto de situação da obra, interessante. Deu nota da obra que está em curso no troço entre Serpins e o Alto de S. João, e

AF
H
ap



outra empreitada em curso entre o Alto de S. João e a Portagem, e, dois concursos a decorrer, entre a Portagem e Coimbra B e a linha do Hospital, esta linha, estratégica para a Lousã, a fim de permitir o acesso dos munícipes ao Hospital Central. Também, foi lançado o concurso para o material circulante, o que significa que o projeto está em andamento. Reiterando palavras proferidas, no passado, em sessões da assembleia, no mandato anterior, reiterou que o Grupo Municipal do PS estará atento e reivindicativo em relação à execução deste projeto. Citando: *"mais uma notícia positiva, que também, tivemos na comunicação social desta semana foi a identificação pela Dra. Helena Azevedo, pelo POSEUR, que considera o Metro Bus o maior projeto de mobilidade sustentável do país, para nós, Lousanenses, será certamente um dos maiores projetos de mobilidade para o nosso concelho e para a nossa região. Finalmente, outro ponto de contacto neste caso em relação à questão da desagregação das freguesias, naturalmente o Grupo Municipal do PS está totalmente solidário com todo o processo que se tem desenvolvido, quer pelo Executivo Municipal, quer pela Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, até não poderíamos deixar de estar, porque votamos contra a agregação de freguesias aquando da sua realização portanto, também, aqui, em Vilarinho, lembrar esse ponto e da nossa parte tudo faremos para apoiar todas estas ações e que as populações quer da Lousã, quer de Vilarinho tenham o resultado que sempre pretenderam."* -----

A Senhora Presidente da Mesa passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar os esclarecimentos e informações tidos por convenientes:-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte, citando: *"Relativamente às questões colocadas por **Sérgio Pedroso** referir no que diz respeito à freguesia de Vilarinho que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia e a própria Assembleia Municipal ainda que com posições diferentes já tinham afirmado aquela que é sua perspetiva, e, portanto, é inequívoco o nosso posicionamento. Relativamente ao nível de execução mais baixo, tem a ver com o andamento mais lento do Cineteatro, com aquilo*



que estava inscrito em orçamento no âmbito das empreitadas da mobilidade urbana sustentável e portanto, essencialmente, estas duas situações levaram a que o nível de execução tenha sido mais baixo do que aquilo que estava inicialmente previsto. É normal e em função das circunstâncias não tem a ver só com a pandemia, tem a ver com tramitações inerentes a estas empreitadas e estas candidaturas. Relativamente às questões de médio e longo prazo e curto prazo tem a ver com o fluxo e portanto, se verificar, as informações relativamente a outros momentos do ano, nomeadamente fevereiro e abril e, eventualmente, setembro, têm umas ligeiras diferenças sempre em função daquilo que é o normal andamento em termos daquilo que é a execução do orçamento e nomeadamente no que diz respeito a médio e longo prazo e curto prazo até com as questões de capital corrente e com o fluxo normal da execução orçamental. Relativamente às questões colocadas por **António José Gonçalves** aquilo que lhe afirmei, é aquilo que tenho conhecimento que era o funcionamento do pavilhão, quer no que diz respeito à informação atual da questão do Zambujeiro. No que diz respeito à intervenção que está a ser executada era um objetivo já há algum tempo ambicionado e necessário para melhorar o abastecimento de água à Freguesia de Serpins. É a conduta adutora que vai permitir dar muito maior qualidade do abastecimento de água a Serpins, quer em termos quantitativos quer qualitativos e portanto é essa obra que está em execução e que tem maior visibilidade em termos de população na zona do Boque e de Alcaide, neste momento. Relativamente às restantes obras que estão previstas no âmbito do montante que ficou definido, é de acordo com aquilo que esteve sempre visto e portanto não lá nenhuma alteração relativamente a essa situação. A **Santinho Antunes** se nós, reconhecemos que a informação escrita deveria ter chegado mais cedo, é verdade, e, normalmente acontece com maior antecedência, de facto agora, veio mais em cima da hora do que deveria e que nós desejávamos. A informação procura ser o mais detalhada possível, mas se nós fôssemos detalhar toda a atividade que vamos desenvolvendo, seria então uma documentação muito volumosa porque, de facto, essa atividade e as diversas

AF
h
g



diligências vão acontecendo. No que diz respeito à USF Trevim Sol, com a ARS em termos de reunião formal, de facto só existiu uma da parte da Câmara Municipal. No entanto, consigo comprovar documentalmente a quantidade de diligências, de informações trocadas e partilhadas, para além de informações, os apelos, e as exigências relativamente à solução. Também dizer-lhe que com a ARS poderá ter só estado agendada uma reunião formal, mas os contactos quer via email, quer por outras vias, foram muitíssimos para além disso, no que diz respeito à interlocução e àquilo que está em causa, neste momento, na USF Trevim Sol, há responsáveis diretos, interlocutores da ARS, nomeadamente o Diretor Executivo com quem nós temos falado, diariamente, sobre a situação, sobre estas e outras e que têm incumbência depois junto da Comissão Diretiva da ARS, de trabalhar as soluções. Aquilo que lhe posso garantir é que tem havido diligências, a vários níveis, que de facto, ainda não surtiram o efeito que todos desejam, mas, o que está em causa, nós acompanhamos e estamos disponíveis. Mas, o que está em causa, é da estrita competência das entidades do Ministério da Saúde e tem a ver com várias situações, nomeadamente, de colocação dos recursos humanos médicos, no âmbito já de um procedimento concursal para dois médicos e mais um, em termos de substituição de uma outra questão, e portanto é isso que está em causa. No âmbito da saúde, também, se prevê a descentralização de competências, mas aquilo que está previsto no diploma, aí sim, nem é assistentes técnicos é assistentes operacionais e infraestrutura não tem a ver com a organização de serviços nem com recursos humanos no caso específico da função enquanto médicos, é isso, portanto, que temos que ter bem presente porque o universo de competências a transferir do Estado Central para as autarquias, na atual configuração não prevê intervenção nas questões que estão hoje em causa e que influenciam, negativamente, o funcionamento da USF Trevim Sol. No que diz respeito à entrada em funcionamento do projeto MetroBus aquilo que está previsto, estou a falar de memória, não tenho aqui o documento em que temos essa calendarização, é a circulação entre Serpins e Coimbra, no final de dois mil e vinte e três e depois



no início de dois mil e vinte e quatro, a entrada em funcionamento da chamada linha do hospital. E, portanto, estando a falar de memória, é isso que está previsto e que temos em cima da mesa. No que diz respeito às operações e às intervenções na Serra da Lousã, nomeadamente, aos desbastes e aos cortes de árvores, a Câmara Municipal teve várias intervenções que, também, conseguimos comprovar documentalmente. Dizer que as operações não são, digamos assim, da competência em termos de licenciamento da Câmara Municipal, são do ICNF, aquelas que fez referência, nomeadamente, junto ao Talasnal e junto ao Vaqueirinho e, portanto, dentro daquilo que são as nossas possibilidades de intervenção, diligenciámos junto do ICNF, evidenciando que considerávamos que o licenciamento não tinha sido o adequado, que não deveria ser permitido o corte raso que, eventualmente, a ser permitido o corte, devia ser um corte seletivo e portanto esta foi a primeira intervenção, para além disso, depois, desenvolvemos uma série de diligências e participamos ativamente no embargo da operação, nomeadamente, na paragem dos trabalhos, através de notificação ao empreiteiro florestal e com as associações de moradores foi possível estabelecer um acordo no sentido de mitigar os danos daquela operação e que são danos com impactos diretos e indiretos. Nos diretos, tem a ver com a questão da operação conforme foi licenciada com um corte raso que, em nossa opinião, não deveria ser. Depois, há outras situações colaterais mais imediatas e no que diz respeito diretamente à Câmara Municipal da Lousã, a circulação de pesados na estrada florestal entre Cacilhas e as Aldeias está proibida a veículos pesados e, portanto, já há algum tempo, reforçamos o apelo à entidade fiscalizadora que é Guarda Nacional Republicana e, nesse âmbito, foram passados vários autos de contraordenação às empresas que estavam a operar por circulação indevida em via, cuja circulação estava proibida para aquele tipo de veículos. Portanto, também, isso foi desenvolvido. Para além das conversações com o ICNF fizemos, também, denúncias à CCDRC e à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no sentido de apresentar aquela que é a nossa perspetiva, sobre aquela operação e que

Alf
h
g



no caso, consideramos que a operação é desadequada, errada, particularmente tendo em atenção o espaço em que se desenvolve. Para além disso, atendendo aos impactos negativos, na via que já referi, entre Cacilhas e as aldeias, decorrentes da circulação de veículos pesados com carga muito significativa, os serviços técnicos da autarquia fizeram um levantamento e o estudo relativamente àquilo que é a degradação das vias e foi remetido, via escrita e formal, para os empreiteiros florestais que temos conhecimento que têm desenvolvido operações na Serra da Lousã, no sentido de poder garantir valores que permitam salvaguardar as boas condições de circulação naquela via. É esta a informação que disponho, relativamente a outras operações, negócios entre privados, não tenho nenhum conhecimento privilegiado sobre isso. Estamos atentos relativamente a estas operações de intervenção florestal no que respeita aos impactos que elas causam. No que diz respeito à intervenção de **Ana Bandeira** referiu vários projetos que consideramos muito importantes, em diferentes áreas, mas todos eles com igual importância, no que diz respeito aos investimentos que levam a que Câmara Municipal seja a "autarquia mais familiarmente responsável", permita-me apenas adicionar aos que referiu, um, que é mais recente e que significa um investimento adicional na área de educação de cinquenta mil euros ao ano, que é o proporcionar os lanches da manhã e os lanches da tarde às crianças e jovens que estão no âmbito escolar em atividades de apoio às atividades escolares. Relativamente à intervenção de **Filipa Marques** só realçar que este serviço, penso que é um serviço que deve ser utilizado pela população, pelas características que tem e pela melhoria da acessibilidade para além daquilo que foi referido ao comércio, até a alguns serviços e pelas condições que são conferidas neste serviço e, portanto, também, dar nota que é um primeiro passo este serviço, está em avaliação e até em conjunto com as próprias Junta de Freguesia iremos, também, procurar introduzir as melhorias que permita, ainda, que ele seja mais efetivo na resposta às necessidades da população." -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

AF
 SH
 @



2 - Apreciação e votação da proposta para alterar o nº. 5 do artigo 19º e do nº. 1 do artigo 25º e Anexos do regimento da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Mesa em relação a este ponto informou, previamente, que na primeira reunião desta Assembleia Municipal, realizada no dia onze de outubro do ano de dois mil e vinte e um, foi constituído um grupo de trabalho para rever o Regimento da Assembleia Municipal. O grupo é constituída por: Ana Ferreira, Joel Fernandes, Margarida Correia, Santinho Antunes, Carolina Cabral Henriques e João Santo. Adiantou que, até a nova versão ser votada e aprovada, será o atual regimento que vigora, no entanto, como a constituição partidária na Assembleia Municipal, neste mandato, é diferente do anterior mandato, existe a necessidade de corrigir e adaptar à atual realidade, os tempos definidos para cada Grupo Municipal representado na Assembleia Municipal. Assim, aplicando o definido para o período de antes da ordem do dia – 60 (sessenta) minutos, o Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS/PP teria direito a 19,2 (dezanove vírgula dois) minutos de intervenção, o Grupo Municipal do Partido Socialista, 38,4 (trinta e oito vírgula quatro) minutos e o Bloco de Esquerda teria 2,4 (dois vírgula quatro) minutos. Afirmou, ainda, porque “esta casa” deve ser um verdadeiro fórum de discussão, daquilo que são os problemas e as soluções para o futuro do Concelho da Louçã, e querendo dar espaço ao debate, à confrontação de ideias e porque todos aqueles que se sentam neste órgão, têm enormes responsabilidades e todos são importantes para o futuro do concelho, apresentou a PROPOSTA que se transcreve integralmente: -----

Para a coligação PPD/PSD.CDS/PP – 18 (dezoito) minutos; para o Partido Socialista 36 (trinta e seis) minutos, e para o BE que tinha inicialmente 2,4 minutos, passa a ter 6 (seis) minutos. Relativamente ao ponto 1 em que estão estipulados 70 (setenta) minutos, e aplicando a regra, a coligação PPD/PSD.CDS/PP teria, 22,4 (vinte e dois vírgula quatro) minutos; o Partido Socialista teria 44,8 (quarenta e quatro vírgula oito minutos e o BE 2,8 (dois vírgula oito) minutos. Seguindo o mesmo raciocínio anterior, e dando mais tempo de intervenção ao BE, apresentou a seguinte PROPOSTA: Coligação



PPD/PSD.CDS/PP – 22 (vinte e dois) minutos; Partido Socialista – 42 (quarenta e dois) minutos e o BE – 6 (seis) minutos, ou seja, mais 3,2 (três vírgula dois) minutos.-----

Colocada a proposta à consideração e votação, foi aprovada por unanimidade com os votos dos vinte e cinco membros com assento na Assembleia Municipal.-----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS (retirado).-----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

4 - Designação de dois representantes das freguesias do concelho para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a fim de cumprir com o estipulado na alínea b) do nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu nota do enquadramento deste ponto da ordem de trabalhos dizendo que com base nesta nova legislação, que entra na sua plenitude em vigor, em janeiro de dois mil e vinte e dois, existe a necessidade de dar cumprimento ao estipulado no artigo 29º (vigésimo nono), nomeadamente, no que concerne à composição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Disse que o referido artigo na alínea b) do ponto 3, que a Assembleia Municipal deve designar até dois representantes das freguesias do concelho. Informou que seriam distribuídos boletins de voto e procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, a fim de colocarem o seu voto na urna. Informou, ainda, que havia uma única lista, com a indicação dos nomes da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho – Maria Helena Correia e do Senhor Presidente de Junta de Serpins – Paulo Simões. -----

Colocada à votação a lista única com os nomes da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho – Maria Helena Correia e do Senhor



Presidente de Junta de Freguesia de Serpins – Paulo Simões para representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, depois de contados os votos pelos secretários da Mesa, foi aprovada com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 1 (um) voto contra.

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

5 - Designação de representantes de cada Partido na Assembleia do Conselho Municipal de Juventude. -----

A Senhora Presidente da Mesa sobre este ponto informou que o Conselho Municipal da Juventude da Lousã, ainda designado CMJL, é um órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política da juventude, cujos fins estão definidos no artigo 3 da Lei nº 6/2012 de 10 de fevereiro. O regulamento do CMJL foi aprovado nesta Assembleia Municipal em fevereiro do ano de dois mil e dezoito, e tendo em consideração o consubstanciado no artigo 3º do referido regulamento, que diz respeito à sua composição, existe a necessidade de dar cumprimento ao estabelecido na alínea b) do ponto 1. Ou seja, a Assembleia Municipal tem que designar um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para integrar este órgão. Informou que seriam distribuídos boletins de voto e procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, a fim de colocarem o seu voto na urna. Mais informou que existia uma única lista, com a indicação do nome Marco Sequeira, pelo Partido Socialista; João Diogo Curvelo pela coligação PPD/PSD.CDS-PP e Telmo Francisco de Almeida pelo BE.-----

Colocada à votação a lista única com os nomes de Marco Sequeira, pelo Partido Socialista; João Diogo Curvelo pela coligação PPD/PSD.CDS-PP e Telmo Francisco de Almeida pelo BE para representantes do CMJL, depois de contados os votos pelos secretários da Mesa, foi aprovada por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

AS
L
A



PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6 - Apreciação e votação da proposta de ratificação da autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública - 2021-09-20) - (doc. nº 6 (seis). -----

Inscrições: Pedro Santinho e Luís Martins.-----

Pedro Santinho tomou a palavra a fim de solicitar uma maior clarificação relativamente ao que vai ser votado neste ponto, uma vez que a proposta inscrita para apreciação e votação, foi substituída pela que é inscrita no ponto seguinte e a sua apresentação suscita algumas dúvidas à Coligação PPD/PSD.CDS/PP, sobretudo pelo que diz respeito à falta de uma deliberação do Executivo Municipal referida na proposta mas que não vem ao conhecimento deste órgão. -----

Luís Martins usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos, uma vez que era a sua primeira intervenção. Reportando-se a este ponto e seguinte, deu nota que esta temática não é só um problema da Autarquia da Louçã, nem tão pouco um problema das instituições públicas do país, porque se estiverem atentos às notícias relativamente ao índice de preços ao consumo no setor de atividade, dando como exemplo, a Alemanha, que é dos países mais fortes a nível de economia, verificam que existe um problema que afeta a todos: administração pública, setor privado e famílias. Os custos da energia vão ser uma temática que vai preocupar a todos já a partir do próximo ano. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder a **Pedro Santinho**, dizendo que se trata de uma ratificação apesar do procedimento não ter sido consumado, por inexistência de entidades no mercado com correspondência de valores para o efeito, e como tal, ter ficado deserto. Mas, ainda assim, teria que ser submetido à Assembleia Municipal por uma questão processual e administrativa. Por esse motivo, no ponto seguinte, se verifica a mesma situação e que levou à abertura de um novo procedimento processual com valores mais elevados e proceder-se ao mesmo comportamento, razão pela

Inf
ab
G.



qual são dois pontos distintos e ambos para ratificação da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente da Mesa, no seguimento da informação prestada adiantou, ainda, que o ponto em apreciação e o seguinte são sobre a mesma temática, mas com datas diferentes, ou seja, relativamente a este ponto número seis, em setembro, houve necessidade de abrir procedimento para contratação do fornecimento de energia elétrica, tanto para as instalações municipais como de iluminação pública, porque o contrato vigente com o mesmo objetivo estava a chegar ao seu termo. Decorrente do aumento da energia elétrica no mercado, houve necessidade de reforçar a dotação orçamental desta despesa, face ao previsto, e sucedeu que a mesma, em termos plurianuais para o ano de dois mil e vinte e dois, passou a ser superior ao que a Assembleia Municipal havia aprovado aquando da aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano, iniciais. Nesta sequência, foi proposto, em sede de Câmara Municipal, a reprogramação/nova repartição do valor dotado para o ano de dois mil e vinte e dois, e, considerando a urgência de se abrir o procedimento, propôs-se que a Câmara Municipal deliberasse sobre o aumento da nova repartição de encargos e remetesse à Assembleia Municipal para ratificar, dado que pertence a este órgão esta competência. Com base nessa deliberação, foi aberto procedimento de contratação pública, que ficou deserto, dado que todas as propostas apresentadas ficaram acima do preço base estabelecido e tiveram que ser excluídas. Ou seja, apesar de não ter ocorrido a celebração de qualquer tipo de contrato com base neste procedimento, a deliberação que foi tomada pela Câmara Municipal em vinte de setembro do ano de dois mil e vinte e um, que seria ratificada pela Assembleia Municipal, produziu efeitos e, portanto, terá que ser hoje, ratificada. No que respeita ao ponto seguinte, número sete, dada a impossibilidade de contratualização do fornecimento pretendido através do anterior procedimento, para se abrir um novo procedimento concursal, com a mesma finalidade, o valor base do procedimento teve que ser revisto, novamente em alta, de forma a acompanhar a subida dos preços

AR
L
G



da energia no mercado, e, mais uma vez, coube à Assembleia Municipal autorizar, previamente, a repartição dos encargos plurianuais. Mantendo-se a urgência no início e na conclusão do procedimento, a Câmara Municipal aprovou a nova repartição de encargos, designadamente para o ano de dois mil e vinte e dois, e remeteu então o processo à Assembleia Municipal para ratificar. Em suma, ambas estas deliberações da Câmara Municipal produziram efeitos, pelo que o órgão competente - Assembleia Municipal - terá que proceder à ratificação de ambas, mas apenas o procedimento aberto ao abrigo da prévia reprogramação da repartição de encargos no ponto seguinte é que vai ser concluído, porque o anterior, como já referiu, ficou deserto. Relativamente à data que **Pedro Santinho** referia que não existe nada que a Assembleia Municipal tenha que deliberar, confirmou que é verdade, uma vez que não teve efeitos alguns e, como não teve efeito nenhum, porque foi substituído, não se abriu procedimento, e consequentemente, a Assembleia Municipal não tem que se pronunciar, apenas tem que se pronunciar sobre aqueles procedimentos que tiveram consequências, ou seja, que tiveram efeitos. Por esse motivo, foram incluídos na Ordem de Trabalhos, o ponto número seis e o ponto número sete, no sentido desta assembleia, ratificar, hoje. Sublinhou que no ponto número seis, quando se abriu o procedimento, o concurso ficou deserto e, apenas o ponto seguinte - ponto sete, é que vai ser concluído. -----

Pedro Santinho reiterou que o sentido de voto da Coligação PPD/PSD.CDS/PP será avaliado de acordo com o documento que receberam que é datado de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, onde refere: "*mais se propõe que, seja revogada a deliberação da Câmara Municipal de vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um, dado que a mesma não teve qualquer efeito e pretende-se que seja substituída pela deliberação a tomar na reunião de quinze de novembro de dois mil e vinte e um.*" Por este motivo, e uma vez que a proposta é apresentada com data de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, não aprovam o documento. E, afirmou, citando: "*este documento revoga a decisão que nós vamos votar, é só para ter esse conhecimento.*" -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Pedro Santinho'.



A Senhora Presidente da Mesa sublinhou que a Assembleia Municipal não tem que deliberar sobre um documento que foi à reunião do Executivo Municipal no dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um, dado que o mesmo não produziu qualquer efeito. Concluiu dizendo que **Pedro Santinho** não entendeu que a Assembleia Municipal apenas e só se deve pronunciar relativamente aos pontos e assuntos com estas datas e inscritos na Ordem de Trabalhos, porque a data a que faz alusão da deliberação de Câmara Municipal, não teve efeitos e, por isso, a Assembleia Municipal não tem que se pronunciar. -----

Colocada à votação a proposta de ratificação da autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública - 2021-09-20), foi aprovada por maioria com 17 (dezasete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) abstenções da Coligação PPD/PSD.CDS/PP com a presença de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

7 - Apreciação e votação da proposta de ratificação da autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública - 2021-11-15) – (doc. nº 7 (sete). -----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a proposta de ratificação da autorização para a assunção de compromissos plurianuais no procedimento de contratação de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública - 2021-11-15), foi aprovada por maioria com 17 (dezasete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) abstenções da Coligação PPD/PSD.CDS/PP com a presença de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Handwritten signature in blue ink.



PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

8 - Apreciação e votação de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição e fornecimento de gás canalizado – (doc. nº 8 (oito)).-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição e fornecimento de gás canalizado, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis dos vinte e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

9 - Apreciação e votação da não-aceitação da Transferência de Competências da Ação Social para o ano de 2021 – (doc. nº 9 (nove)).-----

Inscrições: Pedro Santinho.-----

Pedro Santinho usou da palavra dizendo o seguinte, citando: *“neste ponto temos que concordar com o que já foi dito por **Joel Fernandes** e acrescentar. Consideramos que esta transferência de poderes e competências não constitui a denominada descentralização, mas sim, uma mera desconcentração. Só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. São já vários os estudos que concluem que a transferência de competências do Estado Central para as autarquias é desajustada face ao custo real das tarefas a assumir, o que se torna ainda mais preocupante quando falamos na ação social. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências em que o poder local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias o que não se prevê acontecer e, por isso, estamos aqui juntos para trabalhar com o Executivo e com a Assembleia Municipal para reclamar de forma severa junto do governo os meios necessários para que a transferência aconteça de forma a garantir todas as necessidades dos Lousanenses. Questiono, ainda, que verifico, também por uma questão de formalismo, que*

AF
et
an



na proposta apresentada a data referida para que a mesma seja levada à assembleia e deliberação comunicada a Direção Geral das Autarquias seria até sete de dezembro, está no final, ou seja, sessenta dias após a publicação do despacho 9817-A/2021 de oito de outubro, isto é, o prazo, questiono, encontra-se ultrapassado e, se sim, se irão suprir tal facto. Por último, questiono se a Carta Social Municipal e Supramunicipal se encontram concluídas, é uma pergunta, pois trata-se de um instrumento estratégico que **Ana Paula Sançana**, também, já solicitou a informação, anteriormente, para a implementação destas competências, uma delas da responsabilidade da Câmara Municipal, outra da CIM-RC que ao não estarem prontas em abril colocarão, certamente, em causa o procedimento de transferência de competências." --

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder esclarecendo que, a posição da Câmara Municipal da Louçã tem sido evidenciada ao longo do tempo relativamente à transferência de competências e foi dada resposta em tempo útil à Direção Geral das Autarquias Locais. Disse que de alguma forma já havia respondido a **Maria Guilhermina Antunes** no que diz respeito à Educação e Saúde, na questão em torno da USF Trevim Sol e naquilo que se prevê através do diploma legal que está em causa. No que diz respeito à Intervenção Social, a Câmara Municipal, também, tem desenvolvido trabalho, embora esteja mais atrasado comparativamente aos meios adequados a esta transferência. Sobre a Carta Social e a Carta Intermunicipal, informou que estão ambas em elaboração. ---

Colocada à votação a não-aceitação da Transferência de Competências da Ação Social para o ano de 2021 (dois mil e vinte e um), foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis dos vinte e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Louçã.-----

AE
LH
ag



A Senhora Presidente da Mesa informou que seriam distribuídos boletins de voto e procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, a fim de colocarem o seu voto na urna. Informou, também, que a votação é nominal, e é para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Louçã, em representação das freguesias do concelho. Mais informou que se apresentava uma única lista, com a indicação do nome da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho – Maria Helena Correia.-----

Colocada à votação a lista única para Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação da Louçã com o nome de Maria Helena Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho, depois de contados os votos pelos secretários da Mesa, foi aprovada por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

11 - Eleição de um autarca da freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, para o quadriénio de 2021/2025. -----

A Senhora Presidente da Mesa, sobre este ponto esclareceu que o Decreto-Lei n.º 202/2004 - Regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética - menciona na alínea e) do ponto 2, do artigo 157º (centésimo quinquagésimo sétimo) que a Assembleia Municipal deve eleger um autarca da freguesia. Nesse sentido, propôs a apresentação de uma única lista, com a indicação do nome do Senhor Presidente de Junta de freguesia de Serpins – Paulo Simões. Informou, ainda, que seriam distribuídos os boletins de voto e procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal a fim de colocarem o seu voto na urna.-----

Colocada à votação a lista única para a Eleição de um autarca da freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, para o quadriénio de

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.



2021/2025, com o nome de Paulo Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, depois de contados os votos pelos secretários da Mesa, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor, 7 (sete) votos em branco e 1 (um) voto nulo de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

12 - Apreciação e votação da designação de três representantes para integrar a Comissão Municipal da Toponímia, no quadriénio de 2021/2025. -----

A Senhora Presidente da Mesa sobre este ponto disse que a Postura Municipal sobre a toponímia e numeração de polícia menciona na alínea b) do ponto 1, do artigo 4º que a Assembleia Municipal deve designar três representantes da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Municipal da Toponímia. Propôs a apresentação de uma única lista, com a indicação dos seguintes nomes de membros da Assembleia Municipal: Maria Aldina Martins, Maria Guilhermina Antunes e João Santo. Informou, ainda, que seriam distribuídos os boletins de voto e procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, a fim de colocarem o seu voto na urna. -----

Colocada à votação a lista única para designação de três representantes para integrar a Comissão Municipal da Toponímia, no quadriénio de 2021/2025 com os nomes de Maria Aldina Martins, Maria Guilhermina Antunes e João Santo, depois de contados os votos pelos secretários da Mesa, foi aprovada por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

13 - Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2022 – (doc. nº 10 (dez)). -----

Inscrições: Nelson Lopes, Sérgio Pedroso, Luís Martins, António José Gonçalves, Margarida Correia e Joel Fernandes. -----

Nelson Lopes interveio dizendo, citando: *“Permitam-me dizer que para mim, foi uma agradável surpresa a situação financeira da Câmara Municipal da Louçã.*

Handwritten signature in blue ink.



É a primeira vez que olho para este documento com mais rigor e foi com grande satisfação que vi estes números que o documento espelham. Como há pouco o colega **Sérgio Pedroso** aqui disse, o nível de endividamento é mesmo muito confortável e isso, é certamente fruto de uma gestão que tem sido muito rigorosa. Reconheço, também, neste Orçamento algum documento orientador e, por isso, dou os meus parabéns ao executivo, e a todos os técnicos envolvidos no exigente trabalho de elaboração deste documento. É um orçamento ambicioso e difícil por vários motivos, pelo aumento dos custos energéticos que já aqui verificámos, pelo aumento generalizado dos preços das matérias-primas e da mão-de-obra e pelas grandes obras que este documento prevê realizar no ano de dois mil e vinte e dois, mas, julgo que será possível de realizar. É evidente que todos podemos e devemos ambicionar mais, mas, também, todos sabemos que os recursos não são ilimitados. Registo, ainda, com especial agrado que segundo a notícia da Câmara Municipal da Louçã e segundo o que podemos apurar do documento sessenta por cento do orçamento é dirigido às pessoas e quando temos esta preocupação com as pessoas estamos, obviamente, a apoiar toda a comunidade. No entanto, não encontrei na referida notícia nem na introdução ao documento uma referência mais clara, direi, ao apoio direto aos agentes económicos do concelho e todos sabemos que têm sido muitos os apoios da autarquia às empresas e aos nossos empresários. Desde o apoio direto à perda de receita do comércio local, em resultado da pandemia, e corrijam-me se estiver a cometer aqui alguma imprecisão em relação a estes apoios que vou enunciar, o apoio à restauração, através do pagamento da entrega de refeições e que foram milhares, nesta época de pandemia, as várias edições do sorteio de Natal, que já aqui falei, e outras iniciativas promovidas pela Associação Serra da Louçã e apoiadas fortemente pela autarquia. A criação e disponibilização de lotes nas zonas industriais etc." Deixou uma sugestão ao Executivo Municipal para que em próximos orçamentos e documentos de Prestação de Contas, sejam mais perceptíveis para o cidadão comum sobre o apoio direto da Câmara da Louçã à



atividade económica do concelho, porque no seu entendimento, no final do ano quando estiverem a analisar a Derrama será mais fácil para todos se tiverem a noção exata e com mais rigor desse apoio e do retorno que é dado às empresas e empresários. -----

Sérgio Pedroso usou da palavra, com uma extensa intervenção, tecendo algumas considerações e críticas e, concomitantemente, deixando algumas questões direcionadas ao **Senhor Presidente da Câmara**. Citando: "*Da análise ao Orçamento Municipal que para o ano de dois mil e vinte e dois apresenta um valor global de 18.753.357 € dezoito milhões setecentos e cinquenta e três mil e trezentos e cinquenta e sete euros), contra os 17.665.225 € (dezassete milhões seiscentos e sessenta e cinco mil duzentos e vinte e cinco euros), orçados para o ano de dois mil e vinte e um o que significa um aumento de 1.088.132 € (um milhão oitenta e oito mil cento e trinta e dois euros), podemos retirar as seguintes conclusões: Continua a tributar-se as famílias e as empresas Lousanenses senão vejamos, em dois mil e vinte e um, em impostos diretos tínhamos uma previsão de 3.381.574 € (três milhões trezentos e oitenta e um mil quinhentos e setenta e quatro euros), enquanto para dois mil e vinte e dois, este valor será de 3.413.133 €, (três milhões quatrocentos e treze mil cento e trinta e três euros), mais 31.559 € (trinta e um mil quinhentos e cinquenta e nove euros). Só representam 18,20 % de toda a receita municipal e mais de 25 % da receita corrente. Neste ponto dos impostos diretos perguntamos ao **Senhor Presidente da Câmara** em que situação se encontra o estudo encomendado para avaliar da possibilidade da baixa de impostos. Em relação às taxas, multas e outras penalidades verificamos uma diminuição de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois de 30.498 € (trinta mil quatrocentos e noventa e oito euros), mas o que nos preocupa são os 67.143 € (sessenta e sete mil centos e quarenta e três euros), que se encontram em dívida provenientes das taxas de saneamento. Será que vão ser recebidos **Senhor Presidente da Câmara**? Também nos preocupa o valor dos 238.878 € (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e oito euros), orçamentados, pois será a rubrica a par da de venda de bens e serviços correntes que contempla a venda de bens e*

Al
L
7.
a



serviços e preocupa-nos que seja uma verba tão baixa. Em relação aos rendimentos de propriedade, estes sofrem um ligeiro aumento em relação ao orçamentado em dois mil e vinte e um, mas, perguntamos se em relação ao que se vai passar quanto ao aumento da eletricidade para o ano de dois mil e vinte e dois, também, aqui, não poderia o município aumentar as rendas de concessão com a EDP e com os Parques Eólicos. Na rubrica das transferências correntes verificamos uma diminuição de 383.189 € (trezentos e oitenta e três mil cento e oitenta e nove euros), em comparação com o ano de dois mil e vinte e um. Verificamos que está orçamentado incluir 500.000 € (quinhentos mil euros), do saldo da gerência do ano de dois mil e vinte e um em outras receitas correntes, pode o **Senhor Presidente da Câmara** explicar o porquê desta situação? Será que estamos na presença de um valor deficitário para cobrir despesas? Em relação às transferências de capital, estas apresentam o valor orçamentado de 3.801.607 € (três milhões oitocentos e um mil e seiscentos e sete euros), e que somados aos 7.011.268 € (sete milhões onze mil duzentos e sessenta e oito euros), das transferências correntes, representam 57,66 % de toda a receita, o que nos obriga a estar atentos na sua aplicação, pois teremos que os aproveitar da melhor maneira, e porque como afirmamos já em assembleias anteriores, estamos muito dependentes destes fundos de entidades externas e que terão de ser aplicados à exceção da participação variável do IRS que atinge o valor de 501.614 € (quinhentos e um mil seiscentos e catorze euros), nos programas/projetos a que se destinam. Encontra-se ainda evidenciado o valor de 1.649.396 € (um milhão seiscentos e quarenta e nove mil trezentos e noventa e seis euros), em passivos financeiros dos quais 1.531.533 € (um milhão quinhentos e trinta e um mil quinhentos e trinta e três euros), são com a finalidade da requalificação do cineteatro da Louçã, e então pergunto será no ano de dois mil e vinte e dois que teremos a obra concluída? Em relação ao Orçamento da Despesa verifica-se um valor de 4.234.600 € (quatro milhões duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos euros), na rubrica de despesas com pessoal, comparando com o ano de dois mil e vinte e um, verifica-se uma diminuição em cerca de 169.050 € (cento e



sessenta e nove mil e cinquenta euros). Poderá o **Senhor Presidente da Câmara** explicar-nos o porquê desta diminuição, visto que não se prevê a diminuição de pessoal, antes pelo contrário, e até já está refletido aumento do Salário Mínimo para os 705 € (setecentos e cinco euros)? No que a aquisição de serviços diz respeito, e, infelizmente, sabemos que tanto os combustíveis como a eletricidade estão caros, mas perguntamos ao **Senhor Presidente da Câmara** o porquê de um acréscimo de cerca de 95 % correspondente a cerca de 665.000 € (seiscentos e sessenta e cinco mil euros)/ano. Perguntamos, pois nas nossas casas, apesar de vermos um aumento, este não é tão significativo. Assim não há receita que aguarde! Em relação às aquisições de bens de investimento e às transferências de capital verificamos um aumento significativo em relação ao ano de dois mil e vinte e um e só temos de congratular o município por tal. Mas, esperamos que tais valores se concretizem na realidade e não fiquem só pelo mero orçamento, pois é este valor que representa as aquisições de bens que contribuem para a formação de capital fixo. Em relação à regra do equilíbrio orçamental é de referir que esta está cumprida. Passando agora à análise das Grandes Opções do Plano que totalizam o valor global de 12.314.550 € (doze milhões trezentos e catorze mil quinhentos e cinquenta euros) constatamos que desde o ano de dois mil e vinte, e, apesar do valor atribuído aumentar, em termos de percentagem estas diminuem no que diz respeito às funções sociais, em detrimento das funções gerais, ou seja, no ano de dois mil e vinte, o valor era de 69,03 %, enquanto nos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois é de 64,79 % e 60,91%, respetivamente, e nas funções gerais no ano de dois mil e vinte era de 6,65 %, dois mil e vinte e um de 11,83% e no ano de dois mil e vinte e dois de 15 %, quer isto dizer que, em termos percentuais, as funções sociais estão penalizadas em cerca de 9% desde o ano de dois mil e vinte, por contrapartida das funções gerais que sobem quase 9 %. Portanto, quando se diz que se está a apoiar, ainda mais, as funções sociais do que em anos anteriores, não é verdade que assim o seja! Sabemos que uma das razões para que haja um aumento significativo no valor atribuído à administração

g
h
f



geral se deve ao facto dos gastos com a eletricidade e gás que aumentam em cerca de 90 % (+ de 350.000 €) mas, não podemos penalizar o social por este motivo. O executivo tem que arranjar uma solução para este grave problema que é o aumento excessivo da eletricidade e gás. Na rubrica ensino - não superior - sabemos que o valor inscrito será para as intervenções na Escola Secundária da Louçã e no Jardim de Infância do Freixo, mas, já no ano passado estavam estes valores evidenciados e não vimos obra. Em relação à requalificação da Escola Básica 1 2 da Louçã, não passa de um objetivo? Pode informar-nos em que situação se encontram estas obras? Em relação à saúde e ao valor de 42.000 € (quarenta e dois mil euros), perguntamos se não será um valor manifestamente insuficiente quando se está perante serviços de saúde? De igual modo e quanto ao valor de 20.000 € (vinte mil euros), atribuído à função habitação, diz que respeita às várias políticas na área da habitação que o município pretende implementar. Perguntamos se pode ser mais específico, porque com 20.000 € (vinte mil euros), não sabemos bem que várias políticas irão ser concretizadas. Será que para o apoio à habitação chegam os 20.000 € (vinte mil euros)? Porque nem tudo são más notícias, congratulamos o município pelo programa ordenamento do território onde se destacam as intervenções do PAMUS que totalizam para o ano de dois mil e vinte e dois o valor de 1.173.750 € (um milhão cento e setenta e três mil setecentos e cinquenta euros), que têm financiamento comunitário do Centro 2020. Apraz-nos, também, ver o destaque à conclusão do Centro de Acolhimento Animal, o projeto de valorização do Rio Ceira, etc. Quanto à função Cultura - esperamos que seja desta que o Cineteatro seja concluído, pois já no ano passado estava contemplado o valor para a sua conclusão, mas temos as nossas dúvidas, pois teremos ainda que apresentar uma candidatura ao Centro 2020 com o intuito de obter financiamento para o equipamento? Pode o **Senhor Presidente da Câmara** elucidar-nos? No que ao Desporto diz respeito, apesar do aumento do valor inscrito em relação ao ano de 2021, entristece-nos ver que este programa no ano de dois mil e vinte e dois só representa 2,29 % das GOP e

AF
h
a



que nos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte, representava 2,36 % e 3,72 %, respetivamente. Temos pena que o município descure tanto o desporto na Louçã, mas achamos interessante quando o mesmo município louva os feitos obtidos pelos atletas e instituições da terra. No que às funções económicas diz respeito, evidenciar o aumento em cerca de 508.050 € (quinhentos e oito mil e cinquenta euros), em comparação com o ano de dois mil e vinte e um, mas que em termos percentuais representa os mesmos aproximadamente 20 % da dotação total das GOP. Aqui vemos que os programas que mais crescem são, infelizmente, industria e energia e transportes rodoviários muito por causa do aumento da energia com um aumento de mais de 100 % (+ de 307.000 €). Pelos valores apresentados e como a variação de um ano para o outro não alinha com a percentagem dos 100 % da energia, pressupomos que aqui se desinvestiu no apoio à construção, manutenção e modernização dos parques industriais. Quer explicar-nos **Senhor Presidente da Câmara**? Quanto ao programa Mercados e Feiras - continua-se a alocar uma verba para elaboração do projeto de modernização do mercado municipal no valor de 5.000 € (cinco mil euros), mas não passamos desta orçamentação para a efetiva concretização. Será no ano de dois mil e vinte e dois, **Senhor Presidente da Câmara**? Em relação ao programa Turismo - verifica-se, comparativamente, aos últimos três anos um desinvestimento, ou seja, de 7,12 % no ano de dois mil e vinte, 4,37 % no ano de dois mil e vinte e um e 2,94 % para o ano de dois mil e vinte e dois. Podemos justificar a política seguida pelo Executivo visto, e pensamos que seja, o Turismo, uma das atividades que poderá ajudar a gerar receita, tanto para o município como para os munícipes. Por fim e em jeito de conclusão, só nos resta indignarmo-nos pela não inclusão de qualquer proposta apresentada pela coligação é "Hora de Mudar" nos documentos em análise. Entendemos que o Orçamento apresentado não vai de encontro às verdadeiras necessidades do concelho, nem é, tão pouco, revelador de preocupação em fixar ou atrair pessoas e empresas para o nosso concelho. E, **Senhor Presidente da Câmara**, não pode dizer que uma taxa de execução na ordem dos 59 % é

Ad
L
g



normal. Por estas razões, o Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP "É Hora de Mudar" irá votar contra este ponto sobre as Demonstrações Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois." -----

Luís Martins interveio numa minuciosa exposição dos documentos e disse, citando: "Da análise exaustiva que fizemos aos documentos aqui apresentados: o Orçamento e as Grandes opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois: Este revela que os valores acendem a 18.753.257 €, (dezoito milhões setecentos e cinquenta e três mil duzentos e cinquenta e sete euros) ou seja, mais 1.088.03€ (um milhão oitenta e oito mil e três euros), do que no exercício anterior. No exercício do ano de dois mil e vinte e dois no que toca receitas correntes suscetíveis de uma maior autonomia pelo executivo acabamos até por verificar que as receitas são menores do que o exercício anterior, dado que as mesmas são calculadas com média aritmética dos últimos vinte e quatro meses e que estas completam quebras recorrentes da situação pandémica, umas porque o município abdicou de as receber, outras porque a economia não fez gerar a respetiva receita. Por outro lado, como já aqui trabalhámos neste assunto, há um aumento significativo nas despesas correntes provocado pelo aumento do índice de preço ao consumo. Falámos aqui, no gás e na eletricidade, mas haverá, certamente, mais despesas relativas a isso. Também evidenciou as transferências correntes e transferências de capitais que são receitas que são cofinanciadas pela Administração Central e por fundos comunitários e que são, na sua maioria, elencadas a rubricas de despesas específicas e que estão de acordo com os seus projetos e programas que estão elencados no orçamento e nas folhas anexas que nos distribuíram. Nestas transferências correntes e transferências de capitais revela, claramente, a capacidade que a autarquia tem para atrair projetos e investimentos em prol do município e dos seus munícipes, fruto do rigor das contas e do equilíbrio financeiro que sempre demonstramos nos últimos anos. Referir, também, que estão consideradas nestas rúbricas de transferências correntes ou transferência de capitais, as transferências de competências



operadas pela Lei nº 50/2018. No que respeita ao equilíbrio orçamental corrente, é evidenciado, claramente, o cumprimento da Lei e temos uma margem de 525.073 € (quinhentos e vinte e cinco mil e setenta e três euros). Agora uma análise da aplicação da despesa com base nas Grandes Opções do Plano, seja no plano plurianual de investimento ou seja nas atividades mais relevantes, vamos aqui destacar o que é a matriz deste Executivo onde a preocupação com as pessoas e as suas necessidades estão elencadas nestes momentos. E aqui destaco as funções sociais que representam acima de sete milhões e quinhentos mil euros que corresponde a 60,91% do valor das GOP. Programas elencados no Ensino não superior - intervenção na escola secundária 890.000 € (oitocentos e noventa mil euros), intervenção no Jardim-de-Infância do Freixo 120.000 € (cento e vinte mil euros); Programas Auxiliares de Ensino - transportes escolares, refeições escolares, atividades de apoio à família, atividades em tempos livres e vários outros projetos de dinamização associados à Educação e Juventude. Na Ação Social – com medidas de apoio a famílias em situação de emergência social. O financiamento da tarifa social que o município assegura junto da APIN para os mais carenciados, projetos como o programa de Apoio à Natalidade "Primeiros Passos". No Ordenamento do Território com intervenção de Planos de Ação de Mobilidade Sustentável, a Rede Ciclável Urbana da Louçã, consolidação de interfaces existentes, são alguns desses projetos. Na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza - com a conclusão do Centro Oficial de Recolha Animal, com o projeto de valorização do Rio Ceira, Intervenção na Ribeira de São João e seus açudes e aquisição de viaturas elétricas. Na Cultura, onde o investimento no cineteatro está dotado em mais de um milhão e oitocentos e vinte mil euros, na Casa da Lagartixa mais cento e noventa e oito mil e quinhentos euros, nos projetos de apoio a entidades culturais sem fins lucrativos na melhoria dos seus equipamentos e Infraestruturas no desporto, recreio e lazer 281.500 € (duzentos e oitenta e um mil e quinhentos euros), no incentivo à dinâmica destas atividades para as instituições sem fins lucrativos e na requalificação e manutenção das suas Infraestruturas. Depois, passo para



as funções económicas - a Indústria e Energia onde contempla um aumento de mais de 100% na rúbrica de iluminação pública, decorrente do aumento do preço da energia, e, não fosse o equilíbrio orçamental dos últimos anos, seria mais difícil combater. Nos Transportes Rodoviários, onde se prevê a intervenção nas várias redes viárias do Concelho na ordem dos 730.000 € (setecentos e trinta mil euros), nos serviços públicos de transporte de passageiros, Urb Lousã e o programa de transportes ocasionais já referenciado no ponto um. Turismo - dotações destinadas a Feiras e eventos no sentido de promover o nosso concelho, na beneficiação e requalificação das infraestruturas, praias fluviais e percursos pedestres do nosso concelho. Em Outras Funções - transferência entre administrações, nomeadamente para as freguesias, onde estão previstos mais de 400.000 € (quatrocentos mil euros). Por último, nas Funções Gerais - a Administração Geral, prevê uma beneficiação de obras de instalações e serviços seja no equipamento básico, informático ou transporte em 198.000 € (cento e noventa e oito mil euros), e os encargos com eletricidade e gás, com um aumento de 90% face ao que já foi exposto nos pontos seis e sete da Ordem de Trabalhos. Na Proteção Civil e Luta Contra Incêndios - o Projeto Municipal de Proteção Civil no valor de 193.000 € (cento e noventa e três mil euros). No investimento e aquisição de novas viaturas e equipamentos para as nossas associações e corporações de bombeiros do município, o montante de transferências financeiras, onde se insere a Associação Humanitária e Voluntária dos Bombeiros Serpins representa aqui 100.000 € (cem mil euros). Em suma, estes documentos mostram o esforço do executivo em oferecer aos munícipes o reforço da qualidade de vida, atratividade e competitividade no concelho." -----

António José Gonçalves usou da palavra para comunicar que o Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP "É Hora de Mudar" vota contra estes documentos, complementando a intervenção de **Sérgio Pedroso**, pela má gestão dos dinheiros municipais que já teve oportunidade de referir e que não se iria repetir. Adiantou, ainda, que o imposto do IMI continua com a mesma taxa, que só é equiparada à Figueira da Foz e a Vila Nova de Poiares. -----



Margarida Correia interveio em nome do Grupo Municipal do PS, começando por apresentar cumprimentos a todos. Em seguida, disse que iria indicar o sentido de voto do Partido Socialista que é favorável à proposta de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, apresentada. Disse ainda que, citando: *“este orçamento, é um orçamento para o exercício de funções num contexto difícil que todos aqui já reconhecemos hoje, não só pelo impacto causado pela pandemia, a vários níveis, todos já nos referimos ao aumento de custos que, no caso do Município da Louçã, se prevê que só os custos da energia aumente para cerca de 650.000 € (seiscentos e cinquenta mil euros), e este é um valor que representa uma perda direta de investimento e por esse motivo, também, é de evidenciar que este orçamento prevê um reforço de cerca de um milhão de euros, mas não só, também, pelo processo da transferência de competências que já foi referido e a consolidação do processo da transferência de competências para as freguesias onde fica um aumento significativo do valor a transferir para as freguesias como forma de acautelar os recursos financeiros necessários para o exercício das suas atribuições. Este documento consolida o projeto de desenvolvimento da Louçã, com a inclusão de obras que constavam do compromisso apresentado aos Lousanenses dos quais eu destaco, a título de exemplo, o percurso pedonal e ciclável inserido no projeto de valorização do Rio Ceira na Ribeira de São João. Á oposição que refere a dimensão da receita proveniente das taxas e impostos, pedia o exercício de consultar a informação que consta do anuário financeiro dos municípios em dois mil e vinte que já refletem, em parte, um impacto causado pela pandemia, uma nota para o diferencial entre aquilo que é a receita prevista e a receita efetivamente cobrada. Eu gostava de pedir um exercício importante um orçamento é um mecanismo de gestão e faz-se de escolhas com critério e com responsabilidade e isso não é exclusivo de nenhuma cor política. Veja-se o exemplo do autarca da Figueira da Foz que considerou que face à excecionalidade dos tempos em que vivemos, “ser mais avisado” não reduzir as taxas, neste momento, e por isso, eu pergunto o*

AR
L
Q



que é que escolhiam não fazer, porque defender a redução das taxas neste momento implica também fazer essa opção." -----

Joel Fernandes prescindiu da palavra. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra dirigindo-se a **Nelson Lopes**, citando: “ de facto apesar de difícil, é nossa opinião e convicção que o documento consolida a perspetiva de desenvolvimento para o concelho e que apesar dos desafios que têm corporativos e que mencionou alguns, é um documento que também evidencia ambição de consolidar esse processo de desenvolvimento, quer com projetos de investimento com natureza física e material, quer, também, com outros projetos de carácter imaterial e dizer que tomamos boa nota naquilo que referiu no apoio á atividade económica relativamente a uma referência mais discriminativa e objetiva, relativamente a alguns projetos que estão mais na globalidade, ou que não tem essa expressão. No que diz respeito às transferências e administração geral, uma das vertentes que está com alguma expressão é a parceria com a Associação Empresarial Serra da Lousã - AESL, através da qual se concretizam algumas das situações que foi referindo. **Senhor Sérgio Pedroso** percebendo que teve que encaminhar a sua intervenção no sentido de justificar o voto contra, permita-me que lhe faça duas ou três notas prévias, antes de lhe poder tentar responder a questões concretas que referiu. Em primeiro lugar, dizer que várias propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores do PSD no executivo, estão contempladas no orçamento para o ano dois mil e vinte e dois, nos documentos que agora estamos a apreciar. Não estarão todas, assim como não estão todas aquelas que as Juntas de Freguesias apresentaram ou aquelas que os Senhores Vereadores e as Divisões apresentaram. Não é possível e mesmo algumas que os membros da maioria apresentaram, não terão a dotação que os proponentes gostariam, em virtude daquilo que são as receitas existentes para executar esses objetivos, mas as propostas foram incorporadas. Algumas poderão não ter a expressão tão discriminativa ou tão específica, mas no que diz respeito a intervenções em espaço público, tem sido uma prática e um objetivo da Câmara Municipal a requalificação de



espaços, nomeadamente: espaços infantis e está já identificada uma empreitada para continuar nesta senda em termos de espaços públicos sendo perspectiva, também, de outros, assim existam os recursos financeiros. No apoio à natalidade já foi hoje aqui referido, o programa "primeiros passos" em que o município está a apostar e que temos vindo a reforçar e continuaremos a dar a expressão de vida relativamente a esta situação. No que diz respeito à criação de um percurso pedonal e ciclável ao longo da Ribeira de São João, é um objetivo, é compromisso eleitoral do Partido Socialista, teve expressão, também, no compromisso eleitoral apresentado à Junta de Freguesia da Louçã e Vilarinho, Junta de Freguesia das Gândaras e Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio. Portanto é um objetivo que está inscrito na nossa proposta como poderão verificar nos documentos que foram distribuídos. No que foi referido ao parque verde, ao Parque Urbano a ampliação, é do conhecimento dos Senhores Vereadores. Este projeto existe e já foi candidatado mais do que uma vez, infelizmente, ainda não foi contemplado, nomeadamente, uma das candidaturas que foi feita, foi ao fundo ambiental e, procuraremos durante o próximo ano em função dos avisos, criar essas condições. No que respeita à eficiência energética, é um objetivo que é desenvolvido de modo próprio, mas que tem que ser devidamente contemplado, quer em termos de projetos internacionais com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, quer em termos próprios com aquilo que é a necessidade de investimento que existe, à partida. Relativamente à Proteção Civil é uma área que conforme já foi aqui dito quer nos valores de apoio ao funcionamento, quer em termos de viaturas, quer em termos de outras ações inerentes ao sistema de proteção civil, tem estado a ser executado e tem expressão no orçamento para dois mil e vinte e dois. Há propostas que não foram contempladas relativamente a aquisição de imóveis para os quais a Câmara Municipal, neste momento, não tem condições de inscrição orçamental, em função daquilo que é o necessário equilíbrio entre receita e despesa. Portanto, com estes exemplos fica claro que há incorporação de propostas da oposição nos documentos que estão em



apreço. Uma outra nota que queria dar, tem a ver com aquilo que diz respeito às receitas, àquilo que diz que é uma tributação excessiva e depois uma dependência dos fundos. Se reduzirmos os impostos teremos menos receita própria e ainda mais dependência de outras vias de financiamento externas. Não entendo como é que se utiliza um argumento e depois, um outro, relativamente à mesma linha de pensamento. Dizer-lhe o seguinte, eu, também, gostaria, qualquer um dos vereadores da maioria, gostaríamos, de ter mais objetivos inscritos e mesmo alguns objetivos que temos inscritos, gostaríamos que pudessem ter mais dotação, mas como o senhor sabe muito bem, é preciso haver o equilíbrio e a receita para poder haver a dotação. Portanto, alguns dos objetivos que o Senhor enunciou, nomeadamente, por exemplo, o mercado e a EB 1 2, só estão abertos com uma verba que pode ser considerada residual, na perspectiva de vir a existir alguma possibilidade de candidatura e portanto já estar devidamente incluído no orçamento que tem sido um dos requisitos para poder posicionar esse objetivo para fundos comunitários. Muito gostaríamos de ter a verba toda, agora não percebemos é como o Senhor em representação do grupo PPD/PSD.CDS-PP, fala numa baixa de impostos, abdicação de receita e ao mesmo tempo quer mais obra, quer o mercado e quer a Escola EB 1 2, quer tudo, mais despesa e, ao mesmo tempo, menos receita. Eu gostaria de ter essa varinha mágica e conseguir fazer esse exercício mas, de facto, a vida real é diferente da ficção e portanto é esta a realidade dos factos e penso que, qualquer um de nós sabe, se nos derem menos receita, em nossa casa, teremos que fazer menos despesa e portanto o Senhor saberá que ao propor menos receita, também, tem que ter, em rigor, menos despesa. Aquilo que está a tentar vender aos Lousanenses é uma ilusão de ter menos despesa e mais investimento." - Fez uma referência ao confronto brutal da subida exponencial dos preços que decorre do mercado e das questões contratuais que vai influenciar o funcionamento das autarquias e que não é contraproposta com as eólicas nem da concessão da EDP. Os contratos de concessão estão no domínio do Estado Português e estão a ser alvo de negociação a nível nacional. Relativamente ao saldo de

af
h
g



gerência, informou que é uma prática corrente que, neste momento, desde que cumprido o normal funcionamento do município essa integração pode ser feita antes mesmo da revisão orçamental que, normalmente, é feita no mês de abril. Sobre a diminuição das Funções Sociais em detrimento do aumento das gerais, tem a ver com classificação e determinados objetivos que passam a ter outra configuração. Citando: *"agora aquilo que fica bem expresso é que não há diminuição de investimento nas Funções Sociais e se a dimensão percentual não é expressiva, eu penso que sim, 5,7 milhões de euros, eventualmente, é o número muito mais significativo e que traduz melhor aquilo que são a aplicação de verbas nestas funções importantes em termos de apoio e de resposta à comunidade."* - Deu nota que está em execução a obra do Jardim do Freixo e no que diz respeito à Escola Secundária, é um processo que como todos sabem, teve algumas vicissitudes decorrentes do mercado e que deu lugar a um novo concurso que será colocado em execução tão breve quanto possível, desde que decorridos os prazos processuais. Realçou que, atualmente decorrente da pandemia existem várias condicionantes que influenciam o normal funcionamento das obras. Salientou os desafios que estarão pela frente, porque continua a ser necessário dar resposta à pandemia, entre outras dificuldades já expostas durante as várias intervenções dos senhores membros da Assembleia Municipal, como o custo da energia e a descentralização de competências, que é uma área complexa. A concluir, e em relação à habitação, informou, ainda, que o valor que está inscrito tem a ver com o desenvolvimento da estratégia local de habitação, cujas medidas a definir serão tomadas após a sua aprovação. -----

Colocadas à votação as Demonstrações Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de dois mil e vinte e dois, foram aprovadas por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 8 (oito) votos contra da Coligação PPD/PSD.CDS-PP e 1 (uma) abstenção do BE, quando estavam presentes todos os membros da Assembleia Municipal. -----

AF
H
G



PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

14 - Apreciação e votação da reestruturação da Organização dos Serviços Municipais para o ano de 2022 – (doc. nº 11 (onze)).-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a reestruturação da Organização dos Serviços Municipais para o ano de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 9 (nove) abstenções da Coligação do PPD/PSD.CDS-PP e do BE, quando estavam presentes todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

15 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022 – doc. nº 12 (doze)).-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a reestruturação da Organização dos Serviços Municipais para o ano de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 9 (nove) abstenções da Coligação do PPD/PSD.CDS-PP e do BE, quando estavam presentes todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

16 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Louçã – (doc. nº 13 (treze)).-----

Inscrições: Marco Sequeira.-----

Marco Sequeira usou da palavra para informar que a alteração ao regulamento anteriormente previsto vai no sentido de melhorar o processo de atribuição permitindo que mais jovens possam beneficiar do mesmo. Destacou a importância desta medida que no ano passado ajudou dezanove alunos do

AF
L
a



ensino superior e conseqüentemente os seus agregados familiares, resultando em um investimento de seis mil e novecentos euros. Esta medida está enquadrada num conjunto de políticas que têm vindo a ser praticadas permitindo capacitação e formação aos jovens. Disse que se trata de uma preocupação da autarquia em ter jovens qualificados no concelho e aproveitou o momento para desejar boas férias a todos os jovens alunos Lousanenses e para aqueles que irão atravessar uma fase de exames, votos de sucessos.-----

Colocado à votação o Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior Residentes no Município da Louçã foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO DEZASSETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

17 - Apreciação e votação da retificação do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Louçã – (doc. nº 14 (catorze)). -----

Inscrições: Maria Guilhermina Antunes. -----

Maria Guilhermina Antunes interveio para se referir ao Centro Oficial de Recolha Animal da Louçã. Recordou que foi fruto de um projeto vencedor do Orçamento Participativo no ano de dois mil e dezassete, com exercício de cidadania e elevada participação. Volvidos quatro anos e, uma vez que a obra ainda não está concluída deixou um conjunto de questões ao **Senhor Presidente da Câmara** para reflexão e análise, nomeadamente: para quando a conclusão da obra? Se a falta de materiais de matéria-prima que a pandemia provocou na indústria poderá justificar este atraso? Qual será a prioridade de execução a prestar ao Centro Oficial de Recolha Animal da Louçã, no conjunto de obras em curso? Questionou os valores a passar aos jovens e que sociedade se está a construir? E se são estes os alicerces de um território educativo, onde a cidadania deverá ser uma prática comum. Afirmou ainda que estas questões eram para reflexão de todos, porquanto são

AE
L
g.



todos corresponsáveis desta situação que a todos deve responsabilizar. A concluir, pretendia deixar eventuais propostas de melhoria ao regulamento em apreciação, mas a **Senhora Presidente da Mesa** interpelou para informar que o que está, neste momento, em apreciação e votação é a retificação do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Louçã e não o regulamento na generalidade. -----

A Senhora Presidente da Mesa convidou de seguida o **Senhor Presidente da Câmara** a usar da palavra.-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer o seguinte, citando:

“Relativamente às sugestões existindo um interesse tão efetivo sobre esta temática, o documento esteve em discussão pública e portanto todo o cidadão, seja ou não membro desta assembleia, poderia e deveria ter participado nessa construção e auscultação pública sobre o regulamento. Relativamente ao processo em si, é um facto que, também, nós gostávamos que ele tivesse sido concretizado mais cedo, mas não será por ser um processo fácil que esta situação está como está. Eventualmente, por ser um processo com dificuldade é que vários municípios desistiram desta ideia e outros associaram-se numa perspetiva de trabalho intermunicipal. Nós entendemos que devíamos dar passos de forma própria para dar resposta a esta situação. É um facto que demorou mais, mas é bom que tenhamos consciência e conhecimento do seguinte: o projeto apresentado no âmbito do orçamento participativo do ano de dois mil e dezassete tem uma dotação de 75.000 € (setenta e cinco mil euros). O que estamos, neste momento, a executar e que será concretizado, pelo menos trabalhamos para isso, para que seja o mais breve possível, significa um investimento de mais de 220.000 € (duzentos e vinte mil euros). Durante este tempo, vou apenas referir alguns factos: para além deste aumento, e que é investimento da própria Câmara Municipal. Vou referir apenas alguns factos para ser um Centro de Recolha Oficial foi necessário reformular todo o projeto em acordo com os próprios proponentes, também é bom que se diga, e obter os parceiros e a validação da Direção Geral de Veterinária. Atendendo ao acréscimo de investimento do Orçamento



Municipal, a Câmara Municipal, também, apresentou candidatura para um financiamento, para além disso, a contratação pública teve vários concursos, à semelhança do que aconteceu com a energia, e só ao terceiro concurso público, é que foi possível encontrar uma empresa habilitada para a execução da obra que não sendo de extrema complexidade, é facilmente comprovável que já existiram perturbações para o normal funcionamento e fornecimento de alguns materiais. Neste momento, a nossa perspetiva é de o colocar em funcionamento com a maior brevidade. Temos a perspetiva de criar melhores condições sabendo que as condições hoje não são as melhores, e é por isso que temos vindo a trabalhar, mas, também, dizer-lhe que não são assim tão dramáticas como as suas palavras poderiam pressupor, eventualmente, se não tivéssemos essa perspetiva já tínhamos desistido à semelhança do que aconteceu em outros municípios." -----

Pedro Santinho solicitou a palavra à Mesa e, excecionalmente, a **Senhora Presidente de Mesa** aquiesceu.-----

Pedro Santinho dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara** para afirmar, citando: "**Senhor Presidente** corrija-me se estiver enganado, mas, da consulta que fiz rapidamente aqui - os contributos para o regulamento de saúde eram até sete de junho, por aquilo que eu estou a ver na página, não sei se está ainda atualizada ou não, isto é, nenhum de nós era membro da Assembleia Municipal, o que nós estamos a analisar é o que foi aprovado. É o que está aqui para aprovação e **Maria Guilhermina Antunes** tem uma crítica a essa aprovação e tem todo o direito de a fazer e devem ser respeitadas como tal." - Concluiu dizendo que pretendia deixar este apontamento.-----

A Senhora Presidente da Mesa interpelou para dizer Para dizer que o documento esteve em discussão pública e que qualquer cidadão poderia ter apresentado propostas de alteração, durante o tempo definido para tal, e que hoje, nesta reunião, o que está em questão, é, votar a retificação do regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal. -----

AP

S

gr



Colocada à votação a retificação do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Lousã, foi aprovada por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO DEZOITO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

18 - Designação de quatro elementos para constituir o Conselho Municipal de Segurança. -----

A Senhora Presidente da Mesa referiu que de acordo com a alínea o) do ponto 1 do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança da Lousã, a Assembleia Municipal tem que designar quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para a composição do referido conselho. Neste sentido, propôs uma lista única constituída por: Fausto Jorge Lopes Cardoso; Eulália Sofia Moreira da Costa, Joaquim João Carvalho Ramos e Renato Ferreira. Informou, ainda, que seriam distribuídos os boletins de voto e procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, a fim de colocarem o seu voto na urna.----

Colocada à votação a lista única constituída pelos nomes de: Fausto Jorge Lopes Cardoso, Eulália Sofia Moreira da Costa, Joaquim João Carvalho Ramos e Renato Ferreira para constituir o Conselho Municipal de Segurança, depois de contados os votos pelos secretários da Mesa, foi aprovada por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, da Coligação PPD/PSD.CDS-PP e BE quando estavam presentes na sala, a totalidade dos elementos.-----

A concluir a **Senhora Presidente da Mesa** aproveitou, ainda, o momento, uma vez que o Natal e o final do ano se aproximavam, para desejar a todos um

Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A. J. L.' or similar, written vertically on the right margin.



Feliz Natal, em segurança e com saúde, e que o ano novo "traga abraços, novos sonhos e muitas realizações!"-----

AF

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins